REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL | Director: Pedro Pezarat Correia | Nº 111 | JULHO -SETEMBRO | 2013

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO

FOTO: LUSA

ALCÁÇOVAS

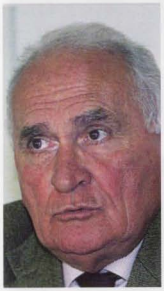
Reunião de militares fundou há 40 anos o movimento dos capitães

40 ANOS

QUATRO DÉCADAS já passaram desde o dia em que largas dezenas de capitães e subalternos do Exército Português se juntaram no Monte Sobral e daí partiram para um processo conspirativo que, sete meses e meio depois, culminaria com a liberdade em Portugal e, através dela, abriria as portas à libertação porque os povos das colónias vinham lutando.

Movimento corporativo, dizem algumas vozes com intenção depreciativa. O que só em parte, numa pequena parte, é verdadeiro, pois se é certo que houve naquela reunião objectivos imediatos de ordem profissional, no fundo grande parte daqueles jovens militares já estava politicamente motivada. O movimento inscrevia-se no quadro conspirativo que se iniciara com a contestação ao Congresso dos Combatentes, três meses antes e essa evidenciara visivelmente, não apenas um conteúdo político, como os primeiros sintomas da denúncia da guerra colonial. A verdade é que a dinâmica do Monte Sobral rapidamente se estendeu às colónias e, em Portugal, na Guiné, em Angola, em Moçambique, nas primeiras reuniões que se seguiram e sem que houvesse contatos ou posições concertadas, surgiram intervenções que iniludivelmente apelavam à politização do movimento contra a ditadura, sem a qual o protesto dos capitães careceria de acolhimento entre os portugueses.

Premonitoriamente assim o entendeu o então rendeiro do



Pedro de Pezarat Correia

Monte Sobral, Celestino Garcia, quando, perante os subterfúgios discursivos com que era sondado para a cedência das instalações, despachou com a frontalidade de bom alentejano: «Se querem o monte para conspirarem e fazerem uma revolução, empresto já». Era.

Aí se reuniram de novo os capitães que o foram, já não na juventude dos vinte e trinta anos, mas na "juventude" dos sessenta e setenta, porque continuam jovens no seu espírito, no seu inconformismo e na sua determinação de continuarem a lutar pelo futuro de um Portugal digno e justo. Se há quarenta anos era preciso pôr de pé uma liberdade com substância, hoje é preciso mantê-la de pé e lutar contra o seu esvaziamento. Por isso aí se falou da preservação do Estado Social, da Independência Nacional e, com um e outra relacionados, lançou-se o Manifesto da Água, para defesa de um património que é de todos e cuja alienação configura os contornos de uma traição.

De um pilar essencial do Estado Social fala-nos a nossa associada e membro do nosso Conselho Editorial, a Professora Doutora Maria José Casanova, com o magnífico trabalho "Governo destrói educação", que denuncia a perspetiva neoliberal do ensino que se inscreve na campanha de destruição do Estado Social, visando transferir para o setor privado a prestação de serviços essenciais devidos aos cidadãos, que se tornarão, obviamente, seletivos, conforme as possibilidades de cada um.

Em Monte Sobral evocaram-se sentidamente muitos dos camaradas que estiveram presentes em 9 de Setembro de 1973 mas que já não o puderam estar em 9 de Setembro de 2013. Nós evocamos aqui, com destaque, a memória de um dos camaradas maiores, que não esteve em Monte Sobral porque então, já tenente-coronel, ainda não se inscrevia nos contornos daquela mobilização. Mas que aos capitães se juntou logo que o movimento assumiu a sua natureza mais nobre e profunda, a da conspiração libertadora. Nuno Fisher Lopes Pires foi um capitão de Abril genuíno, de um idealismo e dedicação sem limites, que morreu sentindo renascer em si o espírito de revolta que o levou ao MFA. E de que são eco os textos que nos remetera e que não pôde chegar a ver publicados.

Ao publicá-los postumamente *O Referencial* presta ao Nuno Fisher Lopes Pires a homenagem que lhe é devida.

sumário

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO 6

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES 18

NÃO ME CONFORMO 23

A ÁGUA - O DESAFIO 32

CREDIBILIDADE DE PORTUGAL 36

A GRANDE MUDANÇA 38

O DIA DA DESGRAÇA DA POLÍTICA PORTUGUESA 43

NUNO FISHER LOPES PIRES 45

TEIMOSOS ILUMINADOS 48

JOAQUIM VENTURA 54

HOMENAGEM A MARQUES JÚNIOR 56

VAMOS APRENDER BRIDGE! 59

REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro de Pezarat Correia

Conselho Editorial:
Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova, Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço, Vítor Crespo.

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Nuno Augusto
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 LISBOA
Telefone:. 213 241 420
Endereço electrónico:
a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.guerracolonial.org

Delegação do Norte
Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.
4050-092 PORTO
Telefone/fax: 222 031 197
Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*

Delegação do Centro
Apartado 3041
3001-401 COIMBRA
Endereço electrónico:
a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança
Edifício 2 - Bloco 3, loja r/c
7560-145 GRÂNDOLA
Endereço electrónico:
a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
Associação Cultural 25 de Abril (Toronto)
1117 Queen Street West
Toronto - Ontario M6J3P4
Canadá

Edição gráfica
JM Design & Edições
www.jm-designedicoes.com
Av. Infante Santo, 23 -5ºC
1350 - 179 Lisboa

Impressão e acabamento:
Norprint

Tiragem: 3.100 exemplares
Distribuição gratuita
Depósito legal n.º 32 998/89

GALERIA

Serigrafia
autor: **Casquilho**

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO

FOTO: Lusa

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL:

Quo vadis?

Aquilo a que temos vindo a assistir ao longo fundamentalmente do último decénio, é a um retrocesso na concretização do conceito de igualdade que, por efeito de políticas neoliberais, foi substituído pelo conceito de equidade, segundo o qual se deve dar a cada um de acordo com as suas necessidades ou segundo a sua contribuição

FOTO: Lusa

MARIA JOSÉ CASA-NOVA[1]

COMO TIVE OPORTUNIDADE DE ESCREVER há alguns anos atrás (Casa-Nova, 2008), a instituição escolar, enquanto instituição aberta a diferentes actores sociais, é uma construção socio-histórica recente. Em Portugal, a educação escolar, enquanto responsabilidade do Estado, começa a dar os primeiros passos com Marquês de Pombal em 1772 quando este cria as chamadas escolas de «ler, escrever contar» para os filhos (rapazes) de artesãos urbanos, estando o ensino dos filhos (também homens) dos camponeses a cargo dos párocos (cf. Araújo, 1996:163), começando nesta altura o interesse do Estado pela educação escolar, construindo-a gradualmente como pública.

Ao longo dos últimos dois séculos assistiu-se a uma incorporação diferenciada e faseada no tempo das classes populares, das mulheres e de certas minorias na escola pública, com resultados também diferenciados no que diz respeito à sua frequência efectiva e aos níveis de aproveitamento escolar.

O processo de construção da escola pública e democrática de massas em Portugal é, no entanto, ainda hoje, um "projecto político inacabado" (Afonso, 1999), assistindo-se actualmente a retrocessos que colocam em causa a sua efectiva construção.

Contrariamente à ideia de senso comum, a construção de uma escola pública e democrática de massas não é sinónimo de uma escola pública massificada, já que a primeira significa igualdade de acesso e de sucesso e a segunda quer significar o mal-estar que resulta do facto de, embora todas as crianças e jovens poderem aceder a ela, nem todos terem sucesso nela. No entanto, mesmo no que à igualdade de acesso diz respeito, estando esta formalmente garantida, é negligenciado o facto de os alunos não acederem à escola em igualdade de circunstâncias dada a estratificação social existente, que tem como efeito uma desigualdade de partida transformada em desigualdade de resultados[2] e sucessos hierarquizados (ou seja, sucessos de valor escolar e social desigual). Como escreveu Pires (2000), o insucesso é uma contradição da escola pública de massas, tendo-se construído em Portugal uma escola de elites massificada. E este insucesso é uma contradição dado que seria suposto que a construção de uma escola pública e democrática de massas fosse sinónimo de igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso.

Sem recursos materiais, sem recursos financeiros, sem profissionais qualificados em número suficiente face às necessidades existentes (professores/as, psicólogos/as, assistentes sociais, animadores/as socio-culturais, técnicos/as de educação, etc.) não é possível transformar a realidade da educação e superar o atraso estrutural de Portugal

●●●

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO

Entre 2001 e 2011, a taxa de escolarização evoluiu de 74,8% para 91,2%, ou seja, aumentou mais de 16% (CNE, 2013:9) Em 2011, a população portuguesa com idades entre 25-64 anos que atingiu o nível secundário era de 35%, em contraposição com a média da UE27 na mesma data: 73,4%

●●●

IGUALDADE E EQUIDADE

Importa, desde já, aqui, clarificar o significado do conceito de igualdade: igualdade real implica: a) a formulação legal dessa igualdade; b) o efectivo acesso a ela; c) formas de concretização da igualdade e d) formas de potenciar oportunidades na vida. Esta acepção de igualdade, transposta para o campo escolar, significa a garantia, por parte do Estado: a) da concretização da igualdade de acesso através de subsídios às famílias de escassos recursos materiais no sentido de lhes proporcionar condições de efectiva acessibilidade à escola; b) da formulação de políticas que permitam, dentro da escola, a construção de uma igualdade de sucessos iguais e não de sucessos centrais e sucessos periféricos; c) da consciencialização, por parte dos actores no terreno, da importância da "recontextualização pedagógica" dos alunos, introduzindo-os e socializando-os adequadamente nos saberes escolares, fazendo a ponte entre diferentes universos socio-culturais. É esta definição lata e complexa de igualdade, que combina a igualdade de acesso com a igualdade de processos, de resultados e de construção de oportunidades na vida, que permite a construção de uma integração paritária e emancipatória de todos os actores sociais na escola em vez de uma integração subordinada (Casa-Nova, 2013a).

No entanto, aquilo a que temos vindo a assistir ao longo fundamentalmente do último decénio, é a um retrocesso na concretização do conceito de igualdade que, por efeito de políticas neoliberais, foi substituído pelo conceito de equidade, segundo o qual se deve dar a cada um de acordo com as suas necessidades ou segundo a sua contribuição.

É este conceito, usado como substituto do conceito de igualdade, que está presente na seguinte afirmação do ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato (2013:21):

"Os alunos são diferentes entre si e por isso mesmo devem ser tratados de forma diferenciada. A utopia do igualitarismo, essa que muitos na educação defendem, só seria possível num único e não desejável cenário – aquele em que todos são medíocres. Esse é ainda uma tabu. Dizer que uma criança precisa de um apoio especial não significa que ela seja excluída. Num outro espectro, os óptimos alunos também não devem ser escondidos, mas, sim, radicalmente incentivados a seguir em frente. É um fundamento básico da meritocracia, de eficiência provada no sector privado."

Nesta afirmação radica uma parte significativa da sua visão (neoliberal) para a educação, confundindo tratamentos diferenciados com tratamentos hierarquizados; confundindo igualdade com mediocridade; negligenciando a existência de uma forte correlação entre "mérito" ou "demérito" individual e a pertença de classe. Essa meritocracia, articulada com o que o Ministro designa de "eficiência do sector privado", quer significar, como regularidade, a frequência do ensino privado por crianças e jovens oriundos de classes de elevado estatuto social, que conjugam a posse de recursos materiais, com a posse de capital cultural, capital social e capital simbólico (cf. Bourdieu e Passeron, s/d; Bourdieu, 1998 e 1999), o que tem, como corolário, a regularidade do sucesso escolar e a proclamada "eficiência" do privado.

Os alunos são efectivamente diferentes entre si e devem ser tratados de forma diferenciada, mas numa perspectiva igualitária como a que acima descrevi e não numa perspectiva desigualitária. Sociologicamente definida, desigualdade remete para hierarquias injustas; para uma sociedade cujos sistemas legal-formal e material se mostram insensíveis a formas de construção social e escolar que remetem indivíduos e grupos para a periferia das sociedades; para a margem que separa a inclusão subordinada (que é uma forma de exclusão) da inclusão emancipatória (que significa participação crítica) (Casa-Nova, 2013b).

Dar mais ou o mesmo de forma diferenciada a alunos diferenciados significa potenciar as capacidades de cada aluno; não é sinónimo de mediocridade para uns e excelência para outros.

A AGENDA NEOLIBERAL E O RETROCESSO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

No entanto, sem recursos materiais, sem recursos financeiros, sem profissionais qualificados em número suficiente face às necessidades existentes (professores/as, psicólogos/as, assistentes sociais, animadores/as socio-culturais, técnicos/as de educação, etc.) não é possível transformar a realidade da educação e superar o atraso estrutural de Portugal. Esse atraso estrutural é visível olhando o panorama da educação em 1960. Naquela data, Portugal possuía 50,4 por cento da sua população com o designado 1.º grau de escolaridade (4 a 7 anos), enquanto França possuía 67,7 por cento e a Finlândia 90 por cento. Na mesma década, Portugal apresentava 45 por cento da sua população sem qualquer nível de escolaridade, enquanto França apresentava 2 por cento e a Finlândia 0 por cento[3].

Actualmente, se considerarmos a população com 17 anos de idade, constata-se que, entre 2001 e 2011, a taxa de escolarização evoluiu de 74,8 por cento para 91,2 por cento, ou seja, aumentou mais de 16 por cento (CNE, 2013:9) Em 2011, a população portuguesa com idades entre 25-64 anos que atingiu o nível secundário era de 35 por cento, em contraposição com a média da UE27 na mesma data: 73,4 por cento[4]. Para o mesmo ano, Portugal possuía mais de 1 milhão de pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos com o ensino superior e 38 por cento dos jovens de 20 anos a frequentar o ensino superior. Ainda de acordo com o Relatório do CNE (2013:36), no que diz respeito à população com o Ensino Superior com idades compreendidas entre os 25 aos 64 anos, a diferença entre Portugal e a média da UE27 situava-se nos 10,5 por cento em 2001, registando-se, uma década depois, uma distância de 9,5 por cento.

Face ao ponto de partida de Portugal no campo da educação escolar e aos avanços notáveis registados desde então, o retrocesso actual em termos de investimento (menos 16 por cento entre 2011 e 2012)[5], negligenciando a importância da educação, terá como consequência o congelamento na recuperação do seu atraso estrutural, aumentando a distância dentro da UE27, levando ao agravamento dos problemas existentes e não à sua resolução. A gradual redução do número de alunos a entrar no ensino superior, que não pode ser desligada da actual crise social, económica e financeira, está aqui para demonstrar o perigo desse retrocesso[6]. Enquanto Portugal não tiver netos licenciados de avós licenciados, não será possível construir capital cultural[7] suficiente para possibilitar o desenvolvimento do país e a humanização da sociedade, construindo uma cultura de conhecimento. Da mesma forma, enquanto este governo desprezar os seus jovens licenciados, obrigando-os a emigrar, oferecendo assim ao exterior, a custo zero, cidadãs e cidadãos com elevado conhecimento científico, a sociedade portuguesa perde o potencial científico e a capacidade de trabalho desses jovens, retrocedendo no seu desenvolvimento e potencial autonómico.

Como refere Benavente *et al* (2013), para o actual governo, a educação é perspectivada como um custo e não como um investimento, com o orçamento para a Educação a descer de 5,7 por cento do PIB para 3,8 por cento nos últimos dois anos, enquanto na Suécia esse mesmo orçamento ronda os 7 por cento do PIB.

Prosseguindo a sua agenda neoliberal, o actual ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, pretende aproximar o sistema

(Em 2011) Portugal possuía mais de 1 milhão de pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos com o ensino superior e 38% dos jovens de 20 anos a frequentar o ensino superior

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO

No que diz respeito à população com o Ensino Superior com idades compreendidas entre os 25 aos 64 anos, a diferença entre Portugal e a média da UE27 situava-se nos 10,5% em 2001, registando-se, uma década depois, uma distância de 9,5%

FOTO: Luísa

educativo português do sistema educativo alemão, negligenciando duas questões fundamentais:

a) Que na Alemanha, o sistema educativo está a ser repensado precisamente pela desigualdade de oportunidades escolares e de vida que provoca, à qual se associa problemas sociais de vária ordem;
b) Que a Alemanha possui um sólido tecido empresarial e que Portugal é um país estruturalmente desindustrializado o que, por si só, significa que investir no ensino profissional é uma falácia e uma ideologia.

Com efeito, o sistema educativo alemão encontra-se dividido em três tipos de escolas para as quais os alunos e as alunas são canalizados em função dos resultados escolares no final dos primeiros quatro anos de escolaridade (ou seja, aos 10 anos). Estes três tipos de escolas são designados de a) "Hauptschule", com duração de cinco ou seis anos, dizendo respeito ao sistema dual alemão, o que significa que os alunos se encontram num processo de aprendizagem na escola e na empresa. É um tipo de ensino que não permite a progressão de estudos, sendo canalizados para estas escolas os alunos com baixos resultados na Matemática e na língua Alemã; b) o "Realschule", com duração de oito anos, dando acesso ao ensino superior no que em Portugal é designado de ensino politécnico e, por último, c) o "Gymnasium", com a duração de nove anos, dando acesso a todo o tipo de ensino superior.
Esta divisão do ensino pós-primário em três tipos de escola começou a ser colocada em causa há cerca de trinta anos devido ao facto de muitos jovens abandonarem o sistema de ensino sem qualquer diploma, especialmente os filhos de imigrantes, pelo facto de não dominarem a língua alemã. As "Hauptschule" transformaram-se nas "escolas dos restantes", ou seja, as escolas dos alunos com sucesso reduzido, nos quais se incluem maioritariamente os filhos dos imigrantes.
O mal-estar social causado por esta realidade, tem levado, na Alemanha, a um debate que teve início na década de 90 do século XX, sobre a necessidade de manter os alunos juntos até uma idade mais tardia, não os separando a partir dos 10 anos de idade em função dos resultados escolares. Esta discussão teve como consequência, em algumas regiões (como Hamburgo), a fusão dos dois primeiros tipos de escola ("Hauptschule" e "Realschule"), transformando-as num só tipo de escola, permanecendo no entanto o "Gymnasium" para os alunos com elevados resultados escolares.
Actualmente existe uma discussão acerca da importância da criação de uma escola secundária comum (uma escola para todos), designada de "Gesamtschule", mas não é uma discussão pacífica, dado o poder do tecido empresarial e o poder das elites, que têm inibido a sua criação[8].
A formação profissional deveria ser apanágio das empresas e não da escola. A educação aparece estritamente vinculada à competição internacional e não à formação das pessoas, importando, neste contexto, ganhar "competências para competir", (Lima, 2004) e não para ganhar qualidade de vida. Como refere Carlos Estêvão (2009:07), "enquanto os sistemas educativos eram tradicionalmente locais protegidos por discursos de bem comum, de serviço público, actualmente interessa posicionar a educação como um dos sectores de serviço cruciais para a economia (...)".
Neste sentido, o tipo de discussão e de re-

O retrocesso actual em termos de investimento (menos 16% entre 2011 e 2012), negligenciando a importância da educação, terá como consequência o congelamento na recuperação do seu atraso estrutural, aumentando a distância dentro da UE27

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO

Enquanto Portugal não tiver netos licenciados de avós licenciados, não será possível construir capital cultural suficiente para possibilitar o desenvolvimento do país e a humanização da sociedade, construindo uma cultura de conhecimento...

●●●

flexão existente na Alemanha deveria ser suficiente para que o ministro da Educação e Ciência português se mostrasse cauteloso quanto a tomar como referência o sistema educativo alemão e a repensar seriamente a "experiência-piloto" que está a ser levada a cabo em Portugal, de introdução do "ensino vocacional" a partir do 5.º ano de escolaridade[9] , colocando em causa a aquisição do que Bourdieu (1987) designou de "mínimo cultural comum" ao nível do Ensino Básico e a construção da escola pública e democrática de massas de qualidade[10].

E aquela construção está também em causa quando o Despacho Normativo n.º 13-A/2012 estabelece, no seu artigo 4.º, ponto 3, que "os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, leccionar qualquer área disciplinar, disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível, desde que sejam titulares da adequada formação científica e ou certificação de idoneidade nos casos em que esta seja requerida".

Cotejando o constante no articulado acima transcrito com a afirmação de Nuno Crato "não se pode ensinar bem o que não se sabe bem"[10], como se compagina esta afirmação com o referido articulado? Contrariamente ao que o ministro da Educação possa pensar (e querer fazer pensar), não há formação científica profissional que permita leccionar, com conhecimento e qualidade, "qualquer área disciplinar, disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível".

A exigência e o rigor científico tão defendidos pelo ministro da Educação, desmoronam-se completamente no articulado acima transcrito, cujo objectivo é, partindo da ideia da educação como custo e não como investimento e benefício, economizar *na* e retirar qualidade *à* educação pública, conferindo assim legitimidade aos críticos da escola pública e defensores do mercado (ou quase-mercado) em educação.

Dentro da ideia da educação como custo, enquadra-se também o seguinte período retirado do preâmbulo do Despacho acima referido: "Aperfeiçoam-se procedimentos relacionados com as actividades a realizar por conta da componente não lectiva de estabelecimento, designadamente a coadjuvação, quando necessária, em disciplinas estruturantes em qualquer nível de ensino (...)".

Não deixa de ser interessante analisar o conteúdo daquele período, quando o Ministério da Educação determinou o fim dos pares pedagógicos existentes em determinadas disciplinas, querendo agora implementá-las a "custo zero", aumentando assim, de forma subtil as horas lectivas dos docentes, não aparecendo no entanto aquelas contabilizadas nesta componente. Proletariza-se e desmotiva-se os profissionais, degrada-se a escola pública, mantendo-se no entanto o discurso ideológico (de ideologia como "falsa consciência") da defesa de uma escola pública de qualidade, que tem no entanto subjacente perspectivas neoliberais defensoras de um ensino elitizado, como ficou bem patente na entrevista do ministro Nuno Crato à revista brasileira "Veja", com a consequente defesa da liberalização da educação, transformando-a num bem privado e não num bem público.

AFLORANDO A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DOS PAIS

É nesta linha de ideias que aparece a defesa da possibilidade de escolha, por parte dos pais, da melhor escola para os seus filhos. Mas vale a pena, desde já, citar o discurso de Keith Joseph, ministro da Educação britânico, no período 1981-1986 e conselheiro neoliberal de Margaret Thacher, explicando o seu compromisso com a estratégia da escolha:

"Penso que as agências nacionais tendem a produzir lobbies, da mesma forma que as indústrias estatais. Uma das principais virtudes da privatização é a de introduzir

a ideia da falência, a possibilidade de falência. É por isso que sou a favor da estratégia da escolha e dos bónus educacionais (vouchers). Simplesmente porque, com isso, se transfere, de uma vez só, o controle dos produtores para os consumidores.... *Naturalmente, não afirmo que todos os consumidores sejam sábios, eles não são, mas alguns serão capazes de exercer o direito de escolha que hoje não é possível*" [12] (Ball, 1995:200-201).

Esta citação evidencia, de forma indubitável, a impossibilidade de igualdade de escolha da escola por parte dos pais, já que nem todos os "consumidores" são "sábios" para escolher, evidenciando também uma estratégia racional dos seus defensores na defesa da implementação de reformas educacionais baseadas no "quase-mercado"[13]: "uma estratégia de classe que tem como um dos seus principais efeitos a reprodução de vantagens e desvantagens ligadas à classe social (e à etnia) (Ball, 1995:197), aparecendo aquela estratégia travestida de roupagens democráticas e de maior igualdade de oportunidades que outorgam aos seus defensores a possibilidade de não serem perspectivados como privilegiados (Bourdieu e Passeron, s/d) dado que, aparentemente, a todos seriam dadas as mesmas possibilidades. Aquela possibilidade de escolha, que parece estar imbuída de um ideal de democraticidade e de igualdade de oportunidades, é no entanto uma possibilidade "armadilhada", já que a maioria dos pais não possui o capital cultural necessário para realizar a escolha adequada. Esta "inabilidade" para a escolha é imputada aos pais, sendo estes considerados "maus pais" (Ball, 1995:215). A impossibilidade de escolha aparece agravada pelo facto de, mesmo que todos os pais produzissem boas escolhas, a selecção far-se-ia do lado dos produtores (as escolas), excluindo os consumidores (os alunos) com menor possibilidade de produzir bons resultados, não contribuindo assim para o prestígio da escola, ao mesmo tempo que levariam a escola a um maior investimento sem o retorno esperado. Quando a procura excede a oferta, os "clientes" (alunos) seleccionados são aqueles que apresentam potencial para a excelência ao menor custo possível por parte da escola (Ball, 1995).

A "possibilidade de escolha" não significa, portanto, uma escolha efectiva, mas outorga aos "jogadores" a ilusão de democraticidade, constituindo-se numa ideologia de difícil desconstrução pelo cidadão comum dado aparecer sob uma aura de generosidade governamental: fornecer bens financeiros às escolas escolhidas pelos pais possibilitando-lhes assim uma educação de qualidade idêntica à dos alunos provenientes de classes de maior estatuto social.

De uma forma genérica, as actuais políticas para a educação evidenciam que o que importa é "formar uma elite", mas não "educar um povo" (Stoer, 1986), negligenciando-se intencionalmente que a educação deveria ser intrinsecamente política; educar o cidadão e a cidadã numa cultura científica e para uma participação inteligente e crítica na sociedade. Esta é, seguramente, a melhor educação para o desenvolvimento da humanidade e a humanização das sociedades, mas não é, seguramente, a educação preconizada pelo actual ministro da Educação e Ciência.

Da mesma forma, enquanto este Governo desprezar os seus jovens licenciados, obrigando-os a emigrar, oferecendo assim ao exterior, a custo zero, cidadãs e cidadãos com elevado conhecimento científico, a sociedade portuguesa perde o potencial científico e a capacidade de trabalho desses jovens, retrocedendo no seu desenvolvimento e potencial autonómico

GOVERNO DESTRÓI EDUCAÇÃO

FOTO: Lusa

NOTAS

1-Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Investigadora do Centro de Investigação em Educação e Coordenadora do Núcleo de Educação para os Direitos Humanos da mesma Universidade. Email: mjcasanova@ie.uminho.pt
Este texto retoma algumas das ideias que escrevi em outros lugares (Casa-Nova, 2008; 2013[a]; 2013b)

2-Esta é, aliás, em parte, a tese principal da teoria da reprodução de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (s/d), segundo a qual a escola transforma as desigualdades sociais em desigualdades escolares e, ao fazê-lo, reproduz as desigualdades sociais existentes. Isto não significa, para os autores, a inexistência de mobilidade social ascendente através da escola, mas antes a existência de uma mobilidade social limitada, visível no facto de uma grande parte dos jovens oriundos de classes de menor estatuto social acederem aos cursos superiores considerados de menor prestígio social.

3-Cf. BETTENCOURT, Ana Maria (2013) (Dir.) Estado da Educação 2012. Autonomia e descentralização. Lisboa: Conselho Nacional de Educaçãopp. 8-9

4-Idem, p.36

5-O mesmo Relatório do CNE aponta, com base em dados contidos no relatório de Janeiro de 2013 do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre Portugal, a diminuição de 11 065 professores dos ensinos Básico e Secundário em 2012, p. 11

6-De acordo com artigo do diário Digital/Lusa, de 06 de Outubro, "os dados da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) mostram que o número total de candidatos às universidades e politécnicos passou de quase 60.000, em 2009, para 53.000 em 2012".

7-Pierre Bourdieu formula o conceito de capital cultural como forma de compreensão das desigualdades de desempenho escolar por parte de crianças provenientes de diferentes classes sociais. O autor (1979, in Nogueira e Catani, orgs.,1998: 9,10, 73), considera que aquele existe sob três formas: "no estado incorporado, sob a forma de disposições duráveis no organismo (...) pressupondo um trabalho de inculcação e de assimilação (...); no estado objectivado, sob a forma de bens culturais (quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas), transmissíveis de maneira relativamente instantânea quanto à propriedade jurídica (...); no estado institucionalizado, consolidando-se nos títulos e certificados escolares que, da mesma maneira que o dinheiro, guardam relativa independência em relação ao portador do título (...). De acordo com o autor, "por meio dessa forma de capital cultural é possível colocar a questão das funções sociais do sistema de ensino e de apreender as relações que mantêm com o sistema económico". O capital cultural no estado incorporado é o produto da herança cultural familiar e funciona como uma "segunda pele" para o seu portador, fornecendo-lhe uma forma de ser e de estar que o coloca numa posição de distinção face aos despossuídos deste tipo de capital.

8-Agradeço ao meu colega Frank Baasner, Professor da Universidade de Mannheim e Presidente do Instituto Franco-Alemão, as informações escritas que gentilmente me prestou acerca do sistema educativo alemão e das discussões existentes à volta do mesmo.

9- Cf. Decreto -Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho e Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de Setembro.

10-Não se trata, aqui, de defender a inexistência de vias de ensino diferenciadas. Trata-se, antes, de considerar que essa diversificação será benéfica a partido do 10º ano de escolaridade e não em níveis de ensino mais precoce como actualmente acontece no sistema educativo português. Esta diversificação de vias de ensino, de valor escolar e social igual, teria como objectivo potenciar os diferentes tipos de inteligência, desde o matemático-dedutivo ao estético-expressivo, emocional, etc., potenciando gostos e disposições diferenciados.

11-Comentário do Ministro Nuno Crato à SIC, reproduzido no jornal *Público* de 12/09/2013.

12-Sublinhado meu.

13-De acordo com Dale (1995:146-147), Os quasemercados diferem dos mercados convencionais num certo número de sentidos, quer do lado da oferta, quer do lado da procura. Do lado da oferta, como nos mercados convencionais, há competição entre empresas produtivas por clientes, mas estas não procuram forçosamente maximizar os lucros nem são necessariamente propriedade privada. Por essa razão se fala de "liberalização" e não de "privatização". Do lado da procura, o poder de aquisição do consumidor não é expresso em dinheiro, mas na forma de um orçamento reservado ou voucher, que é limitado à aquisição de um serviço específico, neste caso, a educação. Também, contrariamente ao mercado tradicional, onde não interessa saber quem é o cliente, no caso da escola, interessa saber quem é o "cliente" dado o valor desigual que aquele possui (Ball, 1995).

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Almerindo Janela (1999) *Educação Básica, Democracia e Cidadania. Dilemas e Perspectivas*. Porto: Ed. Afrontamento.

ARAÚJO, Helena Costa (1996) Precocidade e "retórica" na construção da escola de massas em Portugal. In *Educação, Sociedade & Culturas*, 5, pp. 161-174.

BALL, Stephen (1995) Mercados educacionais, escolhas e classe social. In Pablo Gentili (Org.) *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 196-227

BENAVENTE, Ana & PEIXOTO, Paulo (2013) (Coords.) *Educação: levanta-te e luta. Dois anos de governo da direita ao serviço da troika*. In www.OP.EDU.eu

BETTENCOURT, Ana Maria (2013) (Dir.) *Estado da Educação 2012*. Autonomia e descentralização. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude (s/d) *A reprodução*. Lisboa: Ed. Vega.

BOURDIEU, Pierre (1979) "Os três estados do capital", in Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.) (1998) Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes;

BOURDIEU, Pierre (1987) Propostas para o ensino do futuro. In *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 05, pp 101-120.

BOURDIEU, Pierre (1998 [1979]) *La distinctión*. Madrid: Santilhana Ediciones.

BOURDIEU, Pierre & CHAMPAGNE, Patrick (1999 [1993]) "Os excluídos do interior". In Pierre Bourdieu (Coord.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, pp. 482-486.

BOURDIEU, Pierre (2001[1989]) *O poder simbólico*. Algés: DIFEL.

CASA-NOVA, Maria José (2002) *Etnicidade, Género e Escolaridade*. Lisboa: IIE – Instituto de Inovação Educacional.

CASA-NOVA, Maria José (2008) Tempos e lugares dos ciganos na educação escolar pública, in Maria José Casa-Nova & Paula Palmeira (Orgs.) *Minorias*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e PETI.

CASA-NOVA, Maria José (2013a) Relatório CNE 'Estado da educação 2012: leituras críticas e desafios (no prelo). In *Actas do Workshop e do Seminário realizados no CNE a 23 de Abril de 2013, O Estado da Educação e as Ciências da Educação: leituras críticas e desafios*. Edição Electrónica. ISBN: 978-972-8360-78-8.

CASA-NOVA, Maria José (2013b) Direitos Humanos: da sua possibilidade teórica à sua (im)possibilidade prática numa era de naturalização das desigualdades. In *Revista Portuguesa de Educação*, Novembro 2013 (no prelo).

CRATO, Nuno (2013) Entrevista à *Revista Veja*, 5 de Junho.

DALE, ROGER (1995) O marketing do mercado educacional e a polarização da educação. In Pablo Gentili (Org.) *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 137-168

ESTÊVÃO, Carlos V. (2009). Educação, globalizações e cosmopolitismos: novos direitos, novas desigualdades. In *Revista Portuguesa de Educação*, 22 (2), pp. 35-52.

LIMA, Licinio (2004) Do aprender a ser à aquisição de competências para competir: adaptação, competitividade e performance na sociedade de aprendizagem. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxia e Educación*, n.º 9 (vol. 11), pp 9-18.

PIRES, Eurico Lemos (2000) *Nos meandros do labirinto escolar*. Lisboa: Celta.

STOER, Stephen Ronald (1986) "Formar uma elite ou educar um povo?", in *Jornal de Educação*.

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

Brado no Monte do Sobral contra privatização da água

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

INCONFORMADOS "com um país transformado num protectorado de forças estrangeiras", com um "país cada vez mais injusto, na relação entre os seus cidadãos, onde poucos ricos são cada vez mais ricos e muitos pobres são cada vez mais pobres", inconformados, ainda, com "um país dirigido por colaboracionistas que não hesitam em vender-nos a pataco, criando condições para que o capital financeiro aqui tenha uma quintinha para brincar aos pobrezinhos" e com a tentativa de destruição do "Estado de uma forma deliberada, com a finalidade de tudo colocar nas mãos de uma minoria de privilegiados", membros da Associação 25 de Abril comemoraram os 40 anos da reunião de Alcáçovas, com uma jornada no Monte Sobral, no passado dia 14 de Setembro, numa inequívoca demonstração e afirmação de direitos fundamentais de cidadania, para "vencer o medo, reafirmar Abril, construir o futuro".

Fizeram-no, exactamente no mesmo local, onde há 40 anos, a 9 de Setembro de 1973, se reuniram 136 oficiais do Quadro Permanente do Exército[1], inconformados com decisões da hierarquia militar espelhadas nos célebres Decretos Lei n.ºs 353/73 e 409/73, por apoucarem a dignidade dos militares do Quadro Permanente do Exército e denegrirem o prestígio do Exército, e ali então redigiram um documento de protesto contra aqueles diplomas do Governo, dirigido ao presidente do Conselho de Ministros, com cópia ao Presidentes da República.

Naquele tempo, provenientes de norte a sul do País, chegaram a Alcáçovas guiados por um croqui que, na altura, lhes serviu como de precioso GPS se tratasse. Tinham obtido a cedência do espaço por intercessão do então capitão Dinis de Almeida junto de um primo, José Leitão, que namorava com uma rapariga cujo pai, Celestino Garcia, era rendeiro de um monte nas imediações daquela freguesia do concelho de Viana do Alentejo. A medo, com pezinhos de lã, José Leitão nos seus 21 anos, foi dizendo ao futuro sogro que precisava de um espaço para fazer uma festa, uma reunião. A certa altura, entre as meias palavras de José Leitão, o rendeiro Celestino Garcia intuiu querer o rapazote o monte para um encontro subversivo e, à queima-roupa, disparou-lhe: "se querem o monte para conspirarem ou fazer uma revolução empresto já!" E assim se fez. Comunicadas as devidas instruções ao feitor Nicolau João da Silva Baioneta, este assegurou as condições necessárias para que a reunião se fizesse e providenciou umas febras grelhadas para aplacar carências de estómagos mal alimentados.

Quarenta anos passados não se tratava agora de preservar a dignidade, como outrora o fizerem os militares que subscreveram o documento de Alcáçovas. Actualmente, a realidade é outra, como disse Vasco Lourenço, porque presentemente estamos confrontados com a perda de soberania.

Daí que perante dezenas de militares que há 40 anos participaram na reunião do Monte do Sobral, acompanhados por outras dezenas de associados, estando presentes os presidentes dos órgãos sociais e do Conselho da Presidência, a Associação 25 de Abril assumiu-se o imperativo de lançar o *Manifesto Água – O Desafio* , com o pedido da suspensão imediata de todas as ações que conduzam à privatização da Água, num gesto pleno de defesa e afirmação da soberania de Portugal.

O manifesto, após ser apresentado por Vasco Lourenço mereceu a unânime aprovação da assembleia que decidiu transformá-lo em petição de cidadões que o queiram subscrever, sendo posteriormente, enviado ao Presidente da República, Assembleia da República e ao Governo.

ACOLHIMENTO

A centena e meia de membros da A25A foi acolhida no centro de Alcáçovas, em frente ao edifício do órgão administrativo, por Sara Pajote, presidente da Junta de Freguesia, que patrocinou a jornada comemorativa, a que se associou também Bernardi-

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

Brado no Monte do Sobral

no Bengalinha Pinto, presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

Na rua do Carmo, por feliz coincidência toponímica, em Alcáçovas, a população com a centenária Banda da Sociedade União Alcaçovense, fundada em 20 de Janeiro de 1885, celebrou o ideário de Abril ao som de "Grândola Vila Morena" e de uma marcha de rua.

Cumprida esta saudação inicial, estava lançado o mote para o cumprimento do programa que havia sido previamente estabelecido a dois tempos: primeiro, a evocação e memória da reunião de 9 de Setembro de 1973, com os associados da A25A e as autoridades locais; depois, uma sessão aberta à população com a possibilidade de intervenções espontâneas com ou sem perguntas aos militares de Abril presentes e a inauguração, no Monte do Sobral, da Girândola, da autoria de Catherine da Silva, a que se seguirão outras sete a implantar, em datas a anunciar posteriormente, nos locais de oito reuniões que antecederam o 25 de Abril de 1974.

Os associados da A25A e demais convidados foram recebidos por Marco Fragoso Fernandes, engenheiro agrónomo, proprietário do Monte do Sobral, junto ao torreão da propriedade, e conduzidos a uma sala, num espaço contíguo onde outrora existira um celeiro que serviu de espaço para a reunião conspirativa dos militares que viriam a fazer o 25 de Abril.

No momento apropriado, Vasco Lourenço, presidente da A25A proferiu o discurso[2] evocativo da reunião de há 40 anos.

Mais tarde, dirigindo-se informalmente à assembleia, Vasco Lourenço haveria de explicar as razões que em seu entender motivaram os militares a deslocarem-se, ao Monte Sobral, em 9 de Setembro de 1973, e que dividiu em três grupos: os que reagiam aos decretos, estilo tira a mão porque o bolso é meu; os que foram por camaradagem expressa em pequenas equipas; os que queriam medir a força da ação e aproveitá-la para a orientar noutro sentido, sendo que todos, independentemente do quadro em que se situassem, tinham por objectivo recuperar o prestígio das Forças Armadas junto da população portuguesa.

Seguiu-se o almoço, durante o qual Vasco Lourenço agradeceu o acolhimento das autoridades locais e do proprietário do Monte do Sobral, e ofereceu a Sara Pajote, Bernardino Bengalinha Pinto, e a Marco Fragoso Fernandes, a medalha da A25A.

O torreão do Monte do Sobral voltou a concitar o centro das atenções, onde foi descerrada a placa evocativa da reunião de memória dos 40 anos do Encontro de Alcáçovas, placa que se junta a outras idênticas e alusivas a análogas cerimónias anteriores.

ENCONTRO COM A POPULAÇÃO

O encontro de militares de Abril com a população[3] de Alcáçovas constituiu a segunda parte da jornada no Monte do Sobral, aberta por Vasco Lourenço com a leitura e aprovação do *Manifesto Água – O Desafio*, a que acima se faz referência[3].

Aberto o debate, o major-general Bargão dos Santos, emocionado, recordou a sua presença naquele local, há quatro décadas, e, por proposta sua, a assembleia guardou um minuto de silêncio em memória de Salgueiro Maia e dos companheiros do Encontro de Alçáçovas já falecidos. Instigou, ainda, os presentes à resistência e à solidariedade, num movimento congregador de uma luta comum onde, sempre, "mais cinco" se possam juntar.

Do público ergue-se uma voz a perguntar por onde anda a juventude que urge trazer para o movimento de "venham mais cinco", e o presidente da Direcção da Associação Nacional de Sargentos, António Lima Coelho, deixa um alerta para atropelos ao uso de direitos e de liberdades cívicas.

Tomou também a palavra o presidente da Direcção da Associação de Oficiais da Forças Armadas, Manuel Cracel, para se congratular com o exemplo de cidadania e dos valores de Abril que constituiu a jornada a que gostosamente se reunira, e transmitir uma saudação da Associação de Praças que, juntamente com a Associação de Sargentos, também ali representava.

Martins Guerreiro interveio para se rebelar contra a escravidão da dívida soberana e esconjurar o domínio do capital internacional sobre o homem endividado. Uma realidade que assume contornos de pressão global da qual, disse, "teremos de

Reuniões conspirativas em 1973 e 1974

VASCO LOURENÇO

NA PASSAGEM DOS 40 ANOS da conspiração que nos levou ao 25 de Abril de 1974, decidimos evocar as principais reuniões do Movimento dos Capitães.

Começámos pela primeira, a de 9 de Setembro de 1973, em Alcáçovas, onde é dada a "picadela no elefante adormecido" e fundado o Movimento dos Capitães.

Fizemo-lo no próprio Monte Sobral, onde nos reunimos há 40 anos, ali "plantando" uma GiRÂNDOLA (se deixarmos cair o i, fica Grândola...), flor de luz da autoria da franco-lusitana Catherine da Silva.

Foi um convívio animado, quer entre os "capitães" que lá estiveram há 40 anos e agora regressaram, os familiares que acompanharam alguns deles e outros amigos (militares e civis) que a nós se quiseram juntar.

Com o inestimável apoio das autarquias – Câmara Municipal de Viana do Alentejo e Junta de Freguesia de Alcáçovas –, que muito agradecemos, nas pessoas dos respectivos presidentes, Bernardino Bengalinha Pinto e Susana Pajote, e a gentileza do dono do Monte Sobral, lembraram-se os episódios de 1973, confraternizou-se e fez-se intervenção cívica.

O muito que se conquistou com a referida "picadela no elefante" está a ser destruído. Por isso, não podemos ficar indiferentes. Disso se dá conhecimento, ao transcrevermos a intervenção feita por mim, como presidente da Direcção da A25A, mas também como coordenador da organização da reunião que há 40 anos juntou cento e trinta e seis capitães e subalternos do Exército.

Alguns já não estão connosco, por isso, ao recordá-los, manifestámos a determinação de continuar a luta pela recuperação dos valores que ali nos motivaram a tudo arriscar, em nome de Portugal e dos portugueses.

A sua memória assim no-lo impõe!

Seguir-se-ão novas evocações de outras reuniões: 6 de Outubro de 1973, 24 de Novembro de 1973, 1 de Dezembro de 1973, 5 de Dezembro de 1973, 5 de Fevereiro de 1974, 5 de Março de 1974 e 24 de Março de 1974.

Sem programa definido, não garantimos que a evocação se faça nos locais onde então nos reunimos (quatro locais da Grande Lisboa, São Pedro do Estoril, Óbidos, Costa da Caparica, Olivais/Lisboa, Cascais, Oeiras).

Algumas evocações serão feitas na sede da A25A, provavelmente com um almoço na quarta-feira mais próxima.

O que vos pedimos é que estejam atentos e participem!

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU

Brado no Monte do Sobral

nos libertar, convergindo para o mesmo rio de dimensão global que há de resolver essa pressão, e no qual teremos todos e cada um de fazer o nosso trabalho".

Camilo Mortágua dirigiu-se à assembleia interrogando-se: "o que temos de fazer para desatar o nó?". E prosseguiu: "estamos como antes do 25 de Abril a achar que nos conduzem para o precipício. Ora o que há a fazer, às vezes não se proclama, faz-se!" Convidou, por isso, cada um dos presentes a ir à sua vida e a fazer o que tem de ser feito. Teve tempo, ainda, para lançar outra questão: "Se o 25 de Abril tivesse ocorrido 20 anos antes, que país teríamos hoje?" Sem dar a resposta, directamente, deixou clara a evidência de "um poder que exige vassalagem das suas Forças Armadas é um poder corrupto e corruptor", circunstância que reclama a urgente devolução às Forças Armadas da sua coesão e dignidade.

Diamantino Gertrudes da Silva explicou as razões do encontro de Alcáçovas como uma clara oposição ao segundo decreto e não devido a razões económicas. E, em corroboração implícita ao que dissera Vasco Lourenço quando à motivação daqueles que queriam medir a força da acção e aproveitá-la para a orientar noutro sentido, Gertrudes da Silva recordou: "os que aqui estiveram em 1973, provenientes da Guiné e de Angola, já vinham com o pensamento contaminado".

As febras lá fora estavam prontas no grelhador, a fazer lembrar as que alguns dos presentes tinham trincado no celeiro ali em frente, mas agora inexistente, com intervenções acaloradas, entre fardos de palha, pontos de ordem e esclarecimentos a Albuquerque Gonçalves que, em cima de um atrelado, conduziu a reunião.

Quatro décadas se passaram e Vasco Lourenço deixava cair um lamento por o dia 9 de Setembro não estar inscrito no calendário de celebrações da República, porquanto, disse, "o que aqui se passou constituiu um dos momentos mais importantes do 25 de Abril", por ser a data fundadora do Movimento dos Capitães.

A concluir o encontro com a população e em resposta a uma questão que lhe fora colocada, Vasco Lourenço considerou o 25 de Abril como a operação militar melhor conseguida, na história das Forças Armadas, em termos estratégicos e de realização. "Soubemos, também, aproveitar as condições criadas por outros", disse.

NOTAS
1 Cfr. Lista na página 28.
2 Ver discurso de Vasco Lourenço na página 23.
3 Ver documentos nas páginas 22 a 25.

HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

Não me conformo

VASCO LOURENÇO

HÁ 40 ANOS, EM 1973, Portugal mantinha-se orgulhosamente só, isolado de quase toda a comunidade internacional.

Só assim se conseguia manter uma guerra colonial, em três frentes distintas e bem distantes umas das outras e da própria Metrópole, recusando obstinadamente encarar os ventos da História, que há já dezenas de anos haviam aberto as portas à autonomia e independência dos povos colonizados.

Só assim se conseguia manter a mais longa ditadura do mundo ocidental, autoproclamado de civilizado, que mantinha os portugueses como um povo triste, analfabeto e atrasado.

Foi então que um pequeno grupo de capitães do Exército, mais precisamente 136, aqui se reuniu e deu origem a uma caminhada que, passados menos de oito meses – exactamente 227 dias – desembocaria na gesta libertadora do 25 de Abril de 1974.

Abriram-se as portas à liberdade, à paz, à democracia, à justiça social, ao desenvolvimento, enfim à construção de um país livre, democrático e justo, perfeitamente inserido na comunidade internacional.

São passados 40 anos e, olhando para a actual situação do nosso Portugal, que vemos nós?

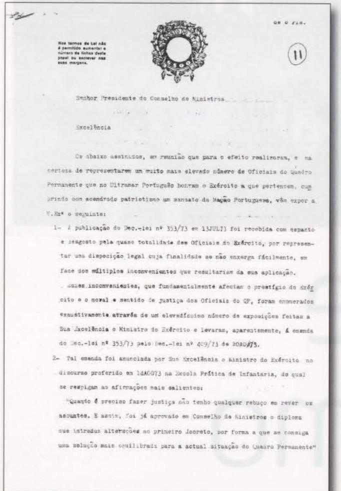
Que país fomos capazes de construir, com todas as condições que o 25 de Abril nos proporcionou?

Estamos satisfeitos?

Continuamos a considerar que valeu a pena,

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

Não me conformo


de 8 Fls.

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.

(11)

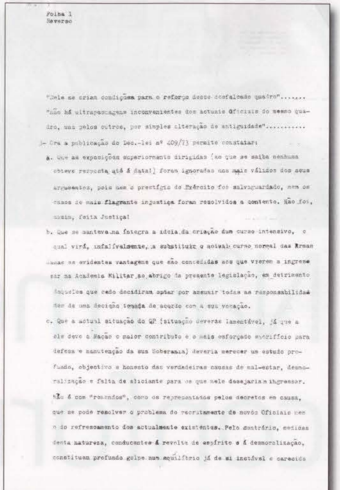
Senhor Presidente do Conselho de Ministros

Excelência

Os abaixo assinados, em reunião que para o efeito realizaram, e na certeza de representarem um muito mais elevado número de Oficiais do Quadro Permanente que no Ultramar Português honram o Exército a que pertencem, cumprindo com acendrado patriotismo um mandato da Nação Portuguesa, vêm expor a V.Exª o seguinte:

1- A publicação do Dec.-lei nº 353/73 em 13JUL73 foi recebida com espanto e desgosto pela quase totalidade dos Oficiais do Exército, por representar uma disposição legal cuja finalidade se não enxerga fácilmente, em face dos múltiplos inconvenientes que resultariam da sua aplicação.
Esses inconvenientes, que fundamentalmente afectam o prestígio do Exército e o moral e sentido de justiça dos Oficiais do QP, foram enumerados exaustivamente através de um elevadíssimo número de exposições feitas a Sua Excelência o Ministro do Exército e levaram, aparentemente, á emenda do Dec.-lei nº 353/73 pelo Dec.-lei nº 409/73 de 20AGO73.

2- Tal emenda foi anunciada por Sua Excelência o Ministro do Exército no discurso proferido em 14AGO73 na Escola Prática de Infantaria, do qual se respigam as afirmações mais salientes:
"Quando é preciso fazer justiça não tenho qualquer rebuço em rever os assuntos. E assim, foi já aprovado em Conselho de Ministros o diploma que introduz alterações ao primeiro decreto, por forma a que se consiga uma solução mais equilibrada para a actual situação do Quadro Permanente"


Folha 1
Reverso

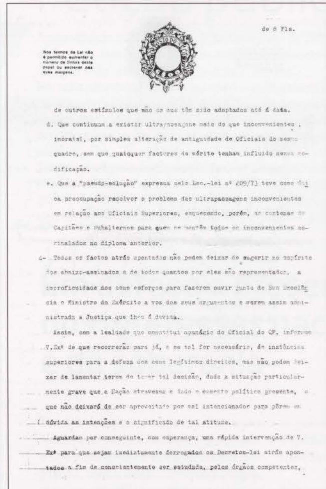
"Nele se criam condições para o reforço desse desfalcado quadro"........
"não há ultrapassagens inconvenientes dos actuais Oficiais do mesmo quadro, uns pelos outros, por simples alteração de antiguidade"..........

3- Ora a publicação do Dec.-lei nº 409/73 permite constatar:

a. Que as exposições superiormente dirigidas (ao que se saiba nenhuma obteve resposta até á data!) foram ignoradas nos mais válidos dos seus argumentos, pois nem o prestígio do Exército foi salvaguardado, nem os casos de mais flagrante injustiça foram resolvidos a contento. Não foi, assim, feita Justiça!

b. Que se manteve na íntegra a ideia da criação dum curso intensivo, o qual virá, infalívelmente, a substituir o actual curso normal das Armas dadas as evidentes vantagens que são concedidas aos que vierem a ingressar na Academia Militar ao abrigo da presente legislação, em detrimento daqueles que cedo decidiram optar por assumir todas as responsabilidades de uma decisão tomada de acordo com a sua vocação.

c. Que a actual situação do QP (situação deveras lamentável, já que a ele deve a Nação o maior contributo e o mais esforçado sacrifício para defesa e manutenção da sua Soberania) deveria merecer um estudo profundo, objectivo e honesto das verdadeiras causas de mal-estar, desmoralização e falta de aliciante para os que nele desejariam ingressar.
Não é com "remendos", como os representados pelos decretos em causa, que se pode resolver o problema do recrutamento de novos Oficiais nem o do refrescamento dos actualmente existentes. Pelo contrário, medidas desta natureza, conducentes á revolta de espírito e á desmoralização, constituem profundo golpe num equilíbrio já de si instável e carecido


de 8 Fls.

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.

de outros estímulos que não os que têm sido adoptados até á data.

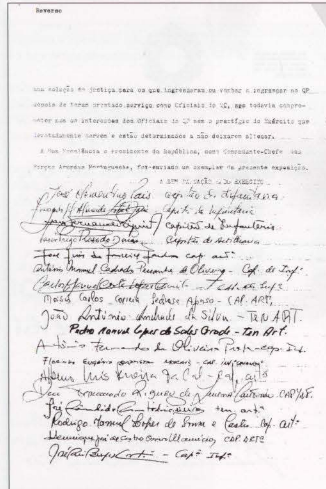
d. Que continuam a existir ultrapassagens mais do que inconvenientes (imorais!), por simples alteração de antiguidade de Oficiais do mesmo quadro, sem que quaisquer factores de mérito tenham influido nessa modificação.

e. Que a "pseudo-solução" expressa pelo Dec.-lei nº 409/73 teve como única preocupação resolver o problema das ultrapassagens inconvenientes em relação aos Oficiais Superiores, esquecendo, porém, as centenas de Capitães e Subalternos para quem se mantêm todos os inconvenientes assinalados no diploma anterior.

4- Todos os factos atrás apontados não podem deixar de sugerir no espírito dos abaixo-assinados e de todos quantos por eles são representados, a improficuidade dos seus esforços para fazerem ouvir junto de Sua Excelência o Ministro do Exército a voz dos seus argumentos e verem assim administrada a Justiça que lhes é devida.

Assim, com a lealdade que constitui apanágio do Oficial do QP, informam V.Exª de que recorrerão para já, e se tal for necessário, ás instâncias superiores para a defesa dos seus legítimos direitos, mas não podem deixar de lamentar terem de tomar tal decisão, dada a situação particularmente grave que a Nação atravessa e todo o momento político presente, o que não deixará de ser aproveitado por mal intencionados para pôrem em dúvida as intenções e o significado de tal atitude.

Aguardam por conseguinte, com esperança, uma rápida intervenção de V. Exª para que sejam imediatamente derrogados os Decretos-lei atrás apontados a fim de conscientemente ser estudada, pelos órgãos competentes,


Reverso

uma solução de justiça para os que ingressaram ou venham a ingressar no QP depois de terem prestado serviço como Oficiais do QC, sem todavia comprometer nem os interesses dos Oficiais do QP nem o prestígio do Exército que devotadamente servem e estão determinados a não deixarem alienar.

A Sua Excelência o Presidente da República, como Comandante-Chefe das Forças Armadas Portuguesas, foi enviado um exemplar da presente exposição.

A BEM DA NAÇÃO E DO EXÉRCITO

Capitão de Infantaria
Capitão de Infantaria
Capitão de Infantaria
Capitão de Artilharia
Cap. Art.
Cap. de Inf.
Maísa Carlos Correia Pedrosa Afonso - CAP. ART.
João António Andrade da Silva - TEN ART.
Pedro Manuel Lopes de Sales Grade - Ten Art.
Cap. Inf.
Cap. Art.
CAP. ART.
Ten. Art.
Rodrigo Manuel Lopes de Sousa e Castro Cap. Art.
CAP. ARTª
Capº Infª

Reprodução do original do documento de protesto subscrito, em Alcáçovas, por 136 oficiais do Quadro Permanente do Exército, dirigido ao presidente do Conselho de Ministros, com cópia ao Presidente da República

●●●

que a caminhada que aqui iniciámos, tudo arriscando em prol da nossa Pátria, e os resultados obtidos, nos realizam como cidadãos, como portugueses e como Homens?

Muitos poderão dizer que sim, que nós fizemos o nosso dever, que o 25 de Abril é inatacável, que o resto já não nos diz directamente respeito! Pessoalmente, concordando com as premissas, não concordo com as conclusões!

Se, de facto, o que fizemos permitiu aos portugueses serem detentores do poder de decidirem dos seus destinos e da forma de lá chegar – é um acto, uma obra que está na História e nenhum "branqueador" conseguirá apagar – se disso podemos e devemos manter um justo orgulho de militares de Abril, não é menos certo que não podemos omitir o facto de, como portugueses, inseridos na comunidade nacional, não termos sido capazes de aproveitar o 25 de Abril e construirmos um país melhor que o que hoje temos.

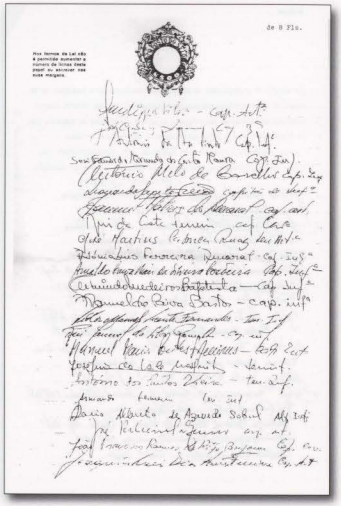
Não mantivemos o MFA como organização responsável e autónoma, dissolvemo-lo e integrámo-nos na nossa comunidade. Não era viável outra solução, nem nós alguma vez a tentámos. Mas, o facto é que como cidadãos temos a nossa quota-parte de responsabilidade, por estes 40 anos, pelo feito e pelo não feito. 40 anos que nos trouxeram a uma situação que, embora muito melhor em inúmeros aspectos do que a que vivíamos nesses tempos, temos de concordar, está pior noutros campos, igualmente relevantes. Por assim pensar, por não abdicar de lutar por um Portugal digno, apesar de já não ser um jovem em idade, não desisto!

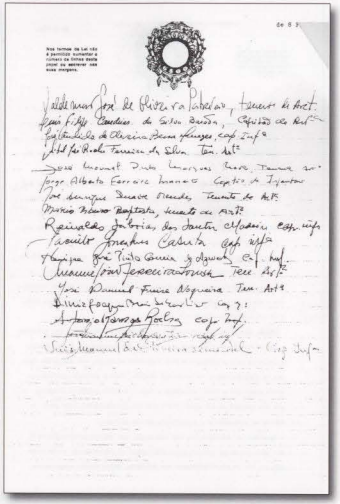
Não me conformo com um país transformado num protectorado de forças estrangeiras; não me conformo em ver cidadãos portugueses vendidos a essas forças estrangeiras, actuando como autênticos capatazes dos seus concidadãos; não me conformo em ver um país cada vez mais injusto, na relação entre os seus cidadãos, onde os poucos ricos são cada vez mais ricos e os muitos pobres são cada vez mais pobres; não me conformo com um país dirigido por corruptos, por aldrabões, por pessoas sem ética e sem moral, que tudo espezinham para manterem lugar á mesa dos poderosos; não aceito um país dirigido por colaboracionistas que não hesitam em vender-nos a pataco, criando condições para que o capital financeiro aqui tenha uma quintinha para brincar aos pobrezinhos; não aceito um

●●●

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

Não me conformo





país onde se destruam as Forças Armadas e se substitua o Exército de âmbito nacional e capaz de, em última instância, lutar pela sobrevivência e soberania nacionais, por um exército de desempregados, mão-de-obra barata, para os senhores da finança e dos seus interesses; não me conformo por ver destruir o Estado de uma forma deliberada, com a finalidade de tudo colocar nas mãos de uma minoria de privilegiados.

Por tudo isso, porque não aceito viver num país sequestrado pelo medo, continuo na luta.

Sabemos que a conjuntura internacional não nos é favorável!

Hoje, não estando isolados internacionalmente, sabemos ser difícil alterar esta situação sem envolvimento simultâneo de muitos outros povos, da Europa e do mundo.

Será um facto, mas, não o esqueçamos, em 1973/1974 também parecia impossível atingirmos o sucesso obtido com o 25 de Abril!

E, se em 1974 fomos um exemplo para o mundo inteiro, que nos acolheu e imitou, com enormes transformações, porque não sonharmos que poderemos, hoje e aqui, voltarmos a dinamitar uma situação que parece inexpugnável?

Propomos, portanto, iniciar hoje e aqui, uma nova caminhada, procurando o objectivo de um novo Portugal.

Temos de ser capazes de **Vencer o Medo, Reafirmar Abril, Construir o Futuro!**

Há 40 anos, assinámos aqui um documento, exposição que enviámos então aos principais responsáveis do País e das Forças Armadas.

Simbolicamente, propomos que se assine aqui – e, tal como há 40 anos, se promova a recolha de outras assinaturas – um documento que seja um sinal inequívoco de que a degradação do País tem de parar, de uma vez por todas.

E se, há 40 anos, o documento tratava um assunto específico que contribuía para acentuar o enorme desprestígio das Forças Armadas perante a Nação portuguesa, proponho que hoje elejamos também um problema específico que está a contribuir para acentuar a nossa falta de soberania.

Sim, porque hoje somos um povo cada vez menos soberano.

Um povo que não controla a energia, as comunicações, os transportes, os serviços de saúde, a educação, o aparelho do Estado não pode considerar-se soberano.

Para que essa soberania desapareça totalmente, enfranquecidas que estão as Forças Armadas, falta tirarem-nos a Segurança Social e a Água.

É isso que se preparam para nos roubar!

Não podemos permitir que nos tirem um dos bens mais essenciais à vida humana.

Se isso acontecer, está em causa a manutenção da esperança em recuperar a nossa liberdade e a nossa soberania.

Não podemos permitir que os traidores concretizem mais este crime!

A água, como bem essencial, não pode ser objecto da ambição dos usurários!

Por isso, não esquecendo outras frentes de luta que temos de continuar a travar – também não podemos permitir a venda dos CTT e dos centros de saúde, entre outros bens públicos que se impõe preservar – temos de proclamar bem alto que estamos atentos, estamos na luta, não vamos desistir!

Temos de impedir o processo de privatização da água e dos resíduos, que está em marcha!

Temos de obrigar o governo a recuar!

Sabemos que os detentores do poder se movem por interesses espúrios, por interesses que não ousam sequer admitir.

Aliás, só a enormidade desses interesses em jogo pode justificar que esses detentores do poder arrostem com todos os escândalos, sujeitando-se a serem corridos à paulada, tão grandes e numerosos são os casos que demonstram a sua falta de carácter e patriotismo.

Fazem-no porque estão a cumprir a tarefa que aceitaram receber do capital, de destruírem o País, de venderem a pataco as suas riquezas, de nos arrastarem para o abismo. Com a esperança de receberem a recompensa de trinta dinheiros...

Por tudo isso, temos de lhes pôr cobro!

Não tenhamos ilusões!

Se não formos capazes de dizer **NÃO** à privatização da água e dos resíduos, se deixarmos que os vendilhões continuem a sua acção de delapidação do País, não seremos dignos dos conspiradores de há 40 anos!

O desafio aqui fica, confio que lhe saberemos responder, com sucesso!

Viva Portugal

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

"Foto de família" com umas dezenas de militares que, 40 anos depois, voltaram a reunir-se no local da conspiração

Presentes na reunião de 9 de Setembro de 1973

Abílio José Barbosa Monteiro de Macedo
Adelino Nunes de Matos
Albano da Gama Diogo
Alberto Freire de Matos
Alberto Nuno Lara Ponces de Carvalho
Albino Luís Ferreira da Cal
Alfredo Antunes Lopes
Alfredo Manuel da Costa Horta
Américo José Guimarães Fernandes Henriques
Aníbal José Rocha Ferreira da Silva
Antero Aníbal Ribeiro da Silva
António Afonso Gonçalves
António da Silva Pinto
António dos Santos Vieira
António Feijó de Andrade Gomes
António Fernando de Oliveira Prata
António Gabriel Albuquerque Gonçalves
António José Guerra Gaspar Borges
António José Guerreiro Júdice
António José Sardoeira Pereira da Silva
António Loureiro Costa
António Luís Ferreira do Amaral
António Manuel Cachado Pessanha de Oliveira
António Manuel de Jesus Rosado da Luz
António Melo de Carvalho
António Ramos da Rocha
Aprígio Ramalho
Armando Fermeiro
Armindo Medeiros Baptista
Arnaldo Carvalhais da Silveira Costeira
Boaventura José Martins Ferreira
Carlos Alberto Frias Barata
Carlos Alberto Maurício Gomes
Carlos Trindade Clemente
Cristóvão Manuel Furtado Avelar de Sousa
Dário Alberto de Azevedo Sobral
David Custódio Gomes Magalhães
David Manuel de Matos Martelo
Diamantino Gertrudes da Silva
Dinis Joaquim Brás Sebastião
Eduardo da Conceição Santos
Eduardo Diniz Leitão dos Santos Almeida
Fernando Gil Almeida Lobato de Faria
Fernando Nuno da Silva Pinto
Fernando Pereira dos Santos Aguda
Florindo Eugénio Baptista Morais
Frederico Carlos dos Reis Morais
Helder Manuel Veríssimo Neto
Henrique José de Castro Osório Maurício
Henrique José Pinto Correia de Azevedo
Henrique Rosário Correia de Lacerda Ramalho
Jacinto Gonçalves Cabrita
João António Andrade da Silva
João Gabriel Bargão dos Santos
João Manuel de Melo Mariz Fernandes
João Rodrigo Silva Ramalho Rocha
Joaquim Canteiro Capão
Joaquim José Pinto Carvalho de Oliveira
Joaquim Luís Dias Antunes Ferreira
Joaquim Rafael Ramos dos Santos
Jorge Alberto Ferreira Manarte
Jorge Manuel Henriques Caetano
Jorge Manuel Silvério
José Alberto Cardeira Rino
José Amândio Gonçalves Trigo
José Augusto da Costa Abreu Dias
José Augusto dos Santos Rosário Simões
José Cabaço Louro
José Cândido Custódio Pereira
José Cândido de Oliveira Bessa Menezes
José Eduardo de Miranda da Costa Moura
José Eduardo Romano Pires
José Gomes Pereira
José Henrique Duarte Mendes
José Luís da Conceição Cardoso
José Luís do Vale Mesquita
José Manuel da Silva Pinto
José Manuel Freire Nogueira
José Manuel Geadas Piteira Santos
José Martins Cabaça Ruaz
José Nunes Celorico
José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes
José Ribeiro Salgueiro
José Rui Borges da Costa
Leonardo dos Santos Freixo
Luciano Ferreira Duarte
Luís de Sousa Ferreira
Luís Fernando Gonçalves Riquito
Luís Lopes Francisco
Luís Manuel de Oliveira Pimentel
Luís Manuel Gomes dos Santos Lopes
Manuel Bação da Costa Lemos
Manuel de Paiva Bastos
Manuel de Sousa Cardoso da Silva
Manuel Dias Chagas
Manuel Estevam Martinho da Silva Rolão
Manuel João Ferreira de Sousa
Manuel Macedo Marques
Manuel Maria Pontes Figueiras
Mário de Oliveira Cardoso
Mário Eduardo Abrantes de Mendonça Frazão
Mário Ribeiro Baptista
Maximino Cardoso Chaves
Miguel António Fradique da Silva
Miguel Fernando Guint Barbosa
Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso
Pedro Fernando Azeredo Falcão
Pedro Manuel Lopes de Sales Grade
Raul Alberto Laranjeira Henriques
Reinaldo Saboais dos Santos Madeira
Rodrigo Manuel Lopes de Sousa e Castro
Rui da Costa Ferreira
Rui Fernando Ribeiro de Lucena Coutinho
Rui Manuel da Silva Ramalho
Rui Martins Rodrigues
Samuel Matias do Amaral
Valdemar José de Oliveira Patrício
Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz
Vasco Correia Lourenço
Vasco Prego Rosado Durão
Vítor Manuel Vicente Fernandes

Falecidos

António Alves Marques Júnior (1946-2012)
António da Silva Fernandes (1948-2006)
Armindo José Pinto Machado (1944-2007)
Augusto José Monteiro Valente (1944-2012)
Carlos Manuel Costa Lopes Camilo (1944-2008)
Fernando Frazão Fernandes Costa
Henrique Manuel de Vasconcelos Bom de Sousa
João Francisco Ramos do Rego Bayam
João Manuel Bicho Beatriz (1941-2008)
José Clementino Pais
José Luís Machado de Oliveira (1943-1998)
José Manuel Pinto Marques Nave (1946-1987)
Luís Filipe Candeias da Silva Barata (1943-1991)
Rui Alexandre Cardoso Teixeira (1946-2011)
Valdemar José Moura da Fonte (1948-2007)

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

A Banda da Sociedade União Alcaçovense saudou os membros da A25A recebidos, em festa, no largo fronteiro à Junta de Freguesia de Alcáçovas

Ao centro, o feitor do Monte do Sobral, Nicolau João da Silva Baioneta, que há 40 anos providenciou a reunião de Alcáçovas, confraterniza com Rodrigo Sousa e Castro e José Leitão

Catherine da Silva, criadora da Girândola

Vasco Lourenço, entre Bernardino Bengalinha Pinto, presidente da CM da Viana do Alentejo; Sara Peixoto, presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas; e Marco Fragoso Fernandes, proprietário do Monte do Sobral, galhardos anfitriões da A25A

A banda interpretou "Grândola". Ao lado, um momento de confraternização entre militares de Abril e a população de Alcáçovas

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

ÁGUA
O Desafio

A PRETEXTO DA REORGANIZAÇÃO DO SECTOR de abastecimento de **Água** e saneamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos foi aprovada em 19 de Abril de 2013, na Assembleia da República, a lei[1] que procede à segunda alteração ao diploma legal[2] que regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas.

A Lei aprovada em 19 de Abril e publicada em 11 de Junho, ao contemplar a possibilidade legal da subconcessão total ou parcial a empresas de capital maioritária ou integralmente pertença de privados, vem abrir as portas à privatização das actividades de captação, tratamento e distribuição de **Água** para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas, e recolha e tratamento de resíduos sólidos, no caso de sistemas multimunicipais e municipais.

A **Água** é um bem público e o acesso a ela é um direito humano pelo que o seu abastecimento público constitui um serviço essencial ao bem-estar e segurança colectiva de todas as pessoas e à saúde pública.

O acesso à **Água** de boa qualidade é um imperativo e uma necessidade de sobrevivência humana. Ao ser considerada um bem social e essencial à vida não pode ser encarada e tratada como de um mera mercadoria se trate, sujeita aos humores e interesses dos mercados, sejam lá eles o que forem ou sejam.

A **Água** bem social imprescindível e insubstituível na satisfação das elementares e básicas necessidades humanas é um dos direitos fundamentais do Homem quer na quantidade suficiente, quer na qualidade exigida que a sua fruição e consumo impõem e exigem.

A **Água** bem essencial ao Homem determina a sua fruição e usos com carácter universal. Propriedade que lhe é imputada e associada porque o direito a ela é reconhecido pela Convenção Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais das Nações Unidas como um pré-requisito inultrapassável e não dispensável à realização de outros direitos do Homem.

A **Água** e a sua fruição pelo Homem não podem estar, nem ficar, à mercê de interesses alheios aos direitos, anseios, expectativas e inalienáveis interesses da esmagadora maioria da Humanidade.

A **Água** não pode ficar submetida à consigna neoliberal egoísta, desumana, iníqua, produtora de injustiças, desigualdade e pobreza, a ***criação de valor para o accionista***, objectivo primário, senão único, da gestão privada dos negócios.

Uma das portas que Abril abriu foi certamente o desenvolvimento do Saneamento Básico. É graças ao 25 de Abril, que se desencadeiam por todo o País, acções concretas orientadas para a melhoria das condições de vida das populações mobilizando os meios existentes, com destaque para o grande envolvimento dos militares nestas actividades.

Em Abril de 1974 praticamente só as populações residentes nas sedes de concelho dispunham de distribuição de **Água** ao domicílio e nem todas dispunham de redes de colecta de águas residuais, dispondo a maior parte delas de redes unitárias.

Como exemplo desta situação vergonhosa e desprestigiante temos a Capital do país.

Em 1974 Lisboa dispõe de distribuição de Água ao domicílio efectuada pela CAL - Companhia de Águas de Lisboa, mas não dispõe a esta data de qualquer estação de tratamento de esgotos, sendo lançados directamente no rio Tejo todos os esgotos produzidos na capital sem que os mesmos sejam tratados.

Basta lembrar que na Grande Lisboa, onde viviam já cerca de três milhões de pessoas, existia uma única ETAR, com capacidade para tratar os resíduos de 50.000 dessas pessoas....

Esta situação inacreditável e inaceitável aos olhos da Europa e das populações que sofriam na pele os efeitos nefastos da poluição, gerou nas últimas três décadas um forte investimento, público estatal, autárquico e comunitário europeu, com vista a atingir metas e objectivos que nos permitissem ter graus de cobertura de distribuição de Água e saneamento e respectivos tratamentos acima dos 90 % de taxas de cobertura.

Estas metas e objectivos só foram possíveis de atingir face ao enorme esforço financeiro dos contribuintes portugueses e dos apoios comunitários.

Desconhecemos neste percurso a existência de mecenas privados ou até mesmo de empreendedores privados. Face ao bom nível de eficácia e eficiência demonstrados pelo **Sector Público do Estado**, Portugal é hoje um "Caso para Estudo" com sucesso nesta matéria.

Citando a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos "Hoje em dia a totalidade das entidades gestoras faz aprovar anualmente o respectivo plano de controlo da qualidade da **água** para consumo humano, executa-o através de laboratórios analíticos com parâmetros acreditados, divulga atempadamente os resultados, é sujeita a intensa fiscalização e segue procedimentos estritos em caso de incumprimento, sob controlo da ERSAR e em articulação com as autoridades de saúde. Verdadeiramente nada disto existia há uma década. Não admira pois que hoje se realizem anualmente cerca de 650 000 análises, a totalidade prevista na exigente legislação comunitária, e se cumpram 97,7% dos valores paramétricos.

Quanto à evolução do serviço de abastecimento

●●●

REUNIÃO DE MILITARES EM ALCÁÇOVAS FUNDOU

Água - o Desafio

público de **água**, a situação tem melhorado muito (97%), estando ultrapassado o objectivo de 95%. Há ainda algum investimento a fazer, de forma racional, com preocupações de gestão patrimonial e resolvendo problemas localizados numa perspectiva custo benefício. Quanto à evolução da população servida com "**Água** segura", a situação melhorou imenso, com 98% de cumprimento da exigente legislação comunitária. Quanto à evolução do serviço de saneamento de águas residuais, a situação tem melhorado (71%-81%), mas ainda algo distante do objectivo de 90%. Tem que continuar o investimento, de forma racional, com objectivos ambientais, de saúde pública e de gestão patrimonial, numa perspectiva custo benefício."

Esta situação só foi possível de concretizar face ao papel que o Estado assumiu nos chamados sistemas em Alta que incluem captação, tratamento e transporte de Água até às redes de distribuição, estas últimas usualmente geridas pelos Municípios.

No caso das redes residuais as redes de colecta são geridas pelos Municípios sendo a colecta e tratamento habitualmente efectuado em Alta por empresas maioritariamente de capitais estatais. Nesta estratégia, a **Água** e o saneamento tiveram especial destaque, com um grande empenhamento das autarquias locais, na resolução das mais graves carências sentidas e reclamadas pelas suas populações.

Tendo em conta que a **Água** é um bem fundamental à vida e um recurso limitado e escasso temos para nós a convicção que a única hipótese de não haver uma regressão nesta área estratégica para a Nação é manter a gestão em Alta dos Sistemas de **Água** e Esgotos no **Sector Estatal**, deixando às autarquias locais as competências de gestão das redes de Distribuição.

É nosso entendimento que só assim se manterão abertas ao progresso e desenvolvimento as portas que foram abertas pela Revolução de Abril e só assim serão defendidos os interesses nacionais e da população.

A Água, como bem essencial, não pode ser objecto da ambição dos usurários. Não pode ficar à mercê da usura. Não pode engrossar os instrumentos da dominação a que o nosso Povo está a ser sujeito. Feito o investimento com dinheiros públicos, os usurários querem agora explorar a mina, metendo mais uma vez as mãos nos bolsos das pessoas. Não há que ter dúvidas de que estamos perante o negócio mais apetecível do futuro, para os especuladores e exploradores. Situação que, só por si, explica a sanha com que os detentores do poder a ele se agarram.

Se não formos capazes de dizer **NÃO** à privatização da **Água** e dos resíduos, se deixarmos que os vendilhões continuem a sua acção de delapidação do País, não seremos dignos dos conspiradores de há 40 anos.

Vamos assinar aqui hoje, e tal como há 40 anos promover a recolha de mais assinaturas, um documento que seja um sinal inequívoco de que a degradação do País tem de parar, de uma vez por todas, impedindo a iniciativa em curso de venda aos interesses privados, ao capital financeiro estrangeiro e nacional, de um dos maiores e mais indispensáveis bens da Humanidade: a **Água** a que juntamos o tratamento de resíduos porque apetitoso enquanto negócio bastante rentável.

Ao assinar este documento e ao promover a recolha de assinaturas, como há 40 anos estamos disso convictos, a dar o tiro de partida para o desígnio:

Vencer o Medo, Reafirmar Abril, Construir o Futuro

NOTAS
1- Lei n.º 35/13 de 11 de junho
2- Lei n.º88-A/97 de 5 de junho

HÁ 40 ANOS O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

Petição pública

Aproveitando a evocação do 9 de Setembro de 1973, foi proposta e aprovada uma declaração onde se assume um NÃO determinado e firme à hipotética privatização da **água** e do tratamento de resíduos sólidos.

Foi uma atitude simbólica, que terá seguimento na campanha que a A25A decidiu encetar: vamos juntar as nossas forças, as nossas capacidades, para engrossar as acções que estão em curso, para evitar a consumação de um enorme crime, que seria a privatização do bem essencial que é a água e do tratamento de resíduos sólidos.

Transcrevemos o documento que foi divulgado e a declaração que foi ali assinada pelos presentes e que, posta a circular, vem recolhendo mais assinaturas.

Aqui fica o apelo para a subscrição desta declaração e o alerta para que estejam atentos às novas iniciativas que, neste âmbito, a A25A irá desenvolver.

Em defesa e preservação dos interesses nacionais e da soberania

Em defesa e preservação dos interesses Nacionais, nomeadamente a soberania, e dos portugueses enquanto seres humanos, com o direito universal à **Água**, quer na quantidade suficiente, quer na qualidade exigida que a sua fruição e consumo impõem e exigem.

Considerando que a **Água** é um bem social de imperativo serviço público, e não uma mera mercadoria, passível de ser utilizado para a criação de riqueza ao serviço de interesses privados em detrimento e prejuízo dos interesses universais e inalienáveis do Homem, reconhecidos pela Convenção Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais das Nações Unidas, os subscritores do presente documento instam os poderes instituídos – Presidente da República, Assembleia da República e Governo a:

■ Suspender todas e quaisquer acções que visem entregar a empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza:

* a captação, tratamento e distribuição da **Água** para consumo público;
* a recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas;

e,

*a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, no caso de sistemas multimunicipais e municipais.

■ Revogar a LEI N.º 35/2013, de 11 de Junho.

Credibilidade de Portugal

MANUEL MARTINS GUERREIRO

EM SETEMBRO DO ANO PASSADO, num artigo publicado na *Seara Nova* intitulado "País à Deriva, Democracia em Risco", abordava em última análise a questão da credibilidade nacional. O problema da credibilidade de Portugal e do Estado português agravou-se.

A credibilidade de um país e de um povo manifesta-se na capacidade realizadora e na honestidade da sua classe dirigente; na competência e sentido de dignidade dos seus governantes ou titulares dos órgãos de soberania; no respeito pelos direitos dos cidadãos, pela Constituição, leis e regras da democracia; na salvaguarda do bem comum e nobreza do serviço público.

Naturalmente também se manifesta no dinamismo e civismo da sociedade e dos cidadãos.

Interessa neste momento analisar o que se passa ao nível da superstrutura do Estado e da qualidade de quem desempenha as funções de maior responsabilidade.

Comecemos, então, pelo governo e seus agentes. Com uma frequência cada vez maior somos surpreendidos por afirmações e atitudes de governantes que seriam impensáveis ou acarretariam consequências imediatas se as instâncias responsáveis tivessem um mínimo sentido de Estado e da dignidade das funções que exercem. Para não me alongar referirei apenas dois casos:

- A decisão "irrevogável" do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros
- As insólitas formulações e contradições do seu sucessor a propósito das acções da SLN e, mais recentemente, o "pedido de desculpas" a Angola pelos processos que correm na justiça portuguesa relativamente a cidadãos angolanos.

Será que algum vírus das Necessidades contagia os titulares do MNE?

Não é esse, infelizmente, o caso. O mal ataca muito mais gente. Os casos de desrespeito pela Lei, de falta de sentido de Estado e do que é o serviço público e de chocante ausência da mais elementar sensibilidade humana verificam-se a cada passo também noutros ministérios e departamentos do Estado. Citem-se alguns:

- Na Defesa Nacional – no referente à reforma das FAs e da saúde militar;
- Na Educação – corporizada na reforma do ensino;
- Nos Assuntos Sociais – patente no atropelo sistemático dos direitos dos trabalhadores, com especial relevo para pensionistas e reformados;

■ Nas Finanças – onde avultam, mas não são exclusivos, os casos do BPN, dos SWAPs e das PPP;

No Diário da República deparamos com inusitada frequência com sinais inconfundíveis de desdém pelo interesse público e menosprezo dos cidadãos, de protecção de interesses obscuros, de despesas dificilmente justificáveis e de incompetência generalizada.
Perante isto, o que faz o primeiro-ministro? O chefe do governo é um caso notório de inadequação e impreparação para as funções. A mais apressada comparação das suas múltiplas afirmações anteriores e posteriores à sua chegada ao governo parece revelar que não sabia minimamente do que falava. (A admitirmos que o sabia, a questão assumiria ainda maior gravidade.)
Para além do que atrás se refere, muitas das atitudes e decisões do governo revelam que este visa enfraquecer ou destruir os mecanismos do Estado, de protecção dos cidadãos e a destruição da cadeia de responsabilidade, com o objectivo último de entregar a interesses privados serviços que são de natureza eminentemente pública.
A falta de idoneidade para o desempenho de funções públicas está patente em muitos dos factos com que diariamente vimos sendo confrontados.
Os casos do MNE e das Finanças são exemplares. Tudo passa como se nada tivesse acontecido. Viveremos num país de borracha?
Manter ou permitir que se mantenham em funções pessoas que já revelaram impreparação ou falta de idoneidade degrada as instituições e a democracia e desacredita e desprestigia o País.
Não estão em causa questões ideológicas ou de divergências políticas. Trata-se, sim, de questões de patriotismo, de serviço ao País. Trata-se do respeito pelos concidadãos, do brio e da dignidade.
A forma como os governantes se justificam com a troika ou se escondem atrás dela revela um tal grau de subalternidade e subserviência, uma insensibilidade, uma menoridade e uma falta de brio tais que revela à sociedade faltarem-lhes os requisitos mínimos para representarem o País e o interesse dos portugueses.
Governantes destes nunca conseguirão mobilizar os cidadãos para grandes feitos e sacrifícios que nos conduzam a recuperar a dignidade ofendida, o brio de sermos portugueses e a capacidade de decidirmos por nós próprios.
Aceitam condições e humilhações que um patriota tem de rejeitar porque são uma afronta ao nosso país e aos seus cidadãos.
É verdade que temos a nossa liberdade parcialmente coarctada e que o "empréstimo" interesseiro nos condiciona. Não podemos ignorá-lo. Mas isso não nos pode levar a aceitar que nos digam como devemos governar-nos ou como devemos cortar os salários e pensões dos portugueses, como devemos restringir o Estado ou ainda reduzir as nossas Forças Armadas. Essas são decisões nossas que ninguém do exterior pode impor-nos, sob pena de alienarmos a dignidade do País. A dignidade e a identidade não se vendem nem se alienam.
Podemos aceitar a necessidade da satisfação das nossas dívidas legítimas — sem que no entanto abdiquemos de as renegociar — e de procurar melhores condições para o país, mas já não podemos anuir a que nos ditem como devemos fazer para as pagar, nem permitir que nos governem tendo exclusivamente em conta interesses alheios.
Não podemos consentir que os governantes portugueses sejam mais sensíveis às manipulações dos mercados e às considerações externas do que aos interesses do País e dos cidadãos portugueses.
O colaboracionismo e a submissão a interesses estrangeiros conduzem à perda de identidade nacional ou à indignação e revolta dos cidadãos. É esse o caminho que trilhamos.
Não é a existência da dívida que põe em causa a credibilidade do país. O que põe em causa a nossa credibilidade e dignidade são o vesgo seguidismo e o descabido entusiasmo manifestado pelos responsáveis no cumprimento de orientações e políticas ditadas do exterior, que só aumentam a dívida, empobrecendo Portugal e os portugueses.
A verdadeira ameaça à nossa credibilidade e respeitabilidade é a submissão a interesses externos, é a obstinada recusa do governo em renegociar as condições de uma dívida e de uma imposição que em parte são ilegítimas, é a incapacidade ou a falta de vontade de defender os nossos genuínos interesses, é a irresponsabilidade com que se rasga o contrato social com os cidadãos e se degradam as instituições e a democracia.
Há hoje em funções nos órgãos de soberania responsáveis políticos que desprestigiam o país e nos envergonham como representantes de Portugal e muitos outros que estão longe de constituir exemplos ou referências de cidadania.
São "responsáveis" destes que descredibilizam Portugal.
É urgente libertar o Estado, a democracia e o país de tais pessoas, a quem faltam a qualidade e a idoneidade requeridas para o desempenho de funções públicas.
É urgente a recuperação da dignidade e do prestígio de Portugal e dos portugueses.
É urgente o afastamento dos colaboracionistas e a libertação do País, para que este possa tornar-se de novo respeitado e credível, como foi na sequência do 25 de Abril de 1974.

A grande mudança

MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS

FALANDO COM UM AMIGO DE LONGA DATA, "PSD" por convicção e democrata por devoção, tomei conhecimento da sua amargura pelos maus tempos que vivemos. Não por força da "crise"- que essa tocou a todo o mundo ocidental – mas pelas medidas de austeridade que este Governo – o "seu" Governo - nos tem vindo a impor de cada vez que o seu líder fala ao país, dá uma entrevista, ou se dirige a populares que lhe puxam pela língua. Não querendo questionar a inevitabilidade do seu voto – em quem mais haveria de votar depois do desastre do PS?...palavras dele, que admiti serem sinceras – manifestou-me o desânimo que "tudo isto" lhe estava a provocar, considerando indesculpável a falta de rumo do executivo, amplamente expressa nos constantes equívocos e mentiras, hoje ditos, amanhã desmentidos "Estou louco com esta gente" desabafava ele a propósito da vergonha dos depoimentos de mil vertentes, a propósito da "reposição" dos subsídios subtraídos aos funcionários do Estado e pensionistas.

"Desculpa dizer-te que se o rumo do governo nos deixa a todos seriamente preocupados, o teu, meu caro, também deixa muito a desejar. Muda de voto e deixa o país andar. Há outros partidos representados na Assembleia da República...será que já te deste conta disso?". "O quê, o Partido Comunista? Ó pá, deves estar doido... de onde é que nos viria o dinheiro?"

Boa pergunta. Hoje vota-se a pensar mais nos "mercados" agiotas internacionais que nos "resgatam" das dívidas acumulando mais dívidas, do que num real interesse nacional, num sentido verdadeiramente patriótico. Se isto não é verdade, o diabo que me leve.

Restava-me, portanto, pensar um pouco na "sarna" que parece ser a aura dos partidos à esquerda do PS, e, claro está, no nosso já vetusto Partido Comunista.

Antes de mais, saibam que sou de "esquerda", o que quer que esse chavão político queira hoje significar.

O ano épico de 1974 já lá vai, com todos os erros e glórias que lhe garantiram um lugar seguro na História recente de Portugal. Não o podemos esquecer, pois que é e será uma referência para todo o sempre do que pode o povo português quando é preciso agir em nome de uma causa justa ou contra causas dolorosamente injustas. Não foi só o tempo romântico da revolução dos cravos, foi também o tempo de um povo gloriosamente vencedor. De lá para cá o país deu voltas e cambalhotas, tentando levar até ao fim o chamado projecto dos 3DÊS, mas sem conseguir antever, entre o vasto leque das opções democráticas, o rumo que mais lhe convinha. A tendência foi sempre uma permanente aproximação aos políticos que, mais ou menos, lhe garantiam uma fuga mínima aos cânones políticos herdados de 1974.

O PSD original foi feito em grande parte por essa gente – os que aceitaram ser eleitos para a Assembleia Nacional da era Marcelista e mais tarde conhecidos como deputados da "ala liberal".

Decorridos 38 anos verificamos que todas as experiências à volta do PS, PSD/PPD e CDS/PP,

FOTO: Lusa

tirando daqui, pondo dali, sós ou acompanhados, não passaram de rotundos fracassos. O espectro partidário em que o povo tem votado, esgotou-se. E não há maneira de percebermos que esse caminho não nos leva a lado nenhum. Foram tão maus na competência, na seriedade, na honestidade, direi até, na incapacidade de serem mais fieis aos valores democráticos que dizem defender, que nos interrogamos, exauridos de esperança, em que urna depositar o nosso próximo voto. É que esta dança a três, tem sido tão incrivelmente absurda, que o povo que a eles tem dado a sua confiança, se se mantiver nessa peregrinação pelo erro, ou incorre no ingrato destino de ser tornado por demente, ou então andamos todos a brincar uns com os outros, como se a vida do país fosse uma brincadeira de crianças meio amalucadas.

Esquecemos, às vezes, que a força da democracia encontra-se representada nas bancadas do Parlamento. Aí se encontra a sede do poder maior de todos os escrutínios governativos. Mas vendo bem as coisas, como na realidade elas são, esse Poder é enganoso ou até talvez mesmo falacioso. Aquelas duas centenas e meia de homens e mulheres quem são? Quem votou nelas – no Miguel, no Pedro, na Vitória – quem? Ninguém. Eles não são mais do que funcionários anónimos dos Partidos a que pertencem, escolhidos, não no respeito da vontade popular, mas em obediência às respectivas lideranças partidárias. Quem se sente representado por essa gente, por aqueles rostos que se diluem ao longo do vasto auditório parlamentar, e de quem nunca se ouve a voz, a

●●●

A grande mudança

palavra, as ideias? Pensem nisso.
No entanto, olhando melhor a composição dessa sala, reparamos que o poder oratório, que a luta pela intervenção, que a defesa daquilo que nos cai bem fundo na alma martirizada, reside na bancada geograficamente sentada à esquerda da esquerda socialista. São aqueles de quem "os outros" dizem, num tom desprezível, que "esses não contam", quando se fala em alternativas ao poder estabelecido. Um poder que pretende convencer o eleitor incauto, a eles próprios e ao povo em geral, que só eles existem, que ou eles ou o caos. Andamos entorpecidos por essa vigorosa maneira de nos tentarem convencer dessa dualidade catastrófica. Cegos, vamos atrás, como "sapiens" a que nos reduziram.
Atentemos nesta realidade, reluzente como o sol de Agosto: o actual PSD, o PSD que nos governa de porrete na mão, é composto, na sua maioria, por jovens carreiristas saídos da juventude do partido, para quem o país não vai além da sua vaidade pessoal, da aura de importância que o chefe lhes deu, ele próprio, coitado, parceiro de escola dos outros todos. Que sabem eles dos nossos problemas, se nem sequer sabem da nossa existência? Que sabem eles de dívidas e défices, se não sabem fazer uma conta de dividir? Que sabem de finanças para além daquelas que lhes ensebam as carteiras? Que sabem de "economia" se nunca puseram as mãos na terra? Que sabem da fome e da miséria quando à mesa lhes é tudo servido e o mundo se esgota no interior dos seus faustosos gabinetes, nos fartos banquetes oficiais com os líderes europeus que os controlam e apoucam sem que disso se apercebam?
À esquerda desta pobre gente, de toda esta miséria intelectual, senta-se, no Parlamento, a esquerda do PS (embora não se saiba bem o que isso é) - o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista.
A este último gostaria de perguntar o seguinte: o que é feito de vós que ninguém vos vê? Agora que já não há idas a Moscovo, que desabou o "Muro da Vergonha", que a China é um rebelde ideológico e não há lata sequer para pensar nesses anormais da Coreia do Norte, pergunto: quem são vocês? Comunistas? Fazem-me rir. Vocês adormeceram em 89 e ainda não acordaram?
Que significam a "foice e o martelo" na vossa bandeira vermelha? O "marxismo-leninismo"? Hoje? Agora? Serão para vós os sinais que melhor simbolizam as raízes do povo português? Que para aqueles que sofrem na pele as tremendas angústias de uma mesa sem pão, de um albergue sem teto, serão as foices e os martelos, émulos incitadores de uma esperança já tão ténue, de uma vida que se esgota agora, sem futuro? Vocês estão loucos ou quê? Não conseguem perceber que tudo isso pertence ao passado, ao museu da História e que hoje, um megafone a berrar numa praça tem mais força, mais estímulo e até mais graça que esses símbolos gastos, de cabelos brancos, vergados ao peso dos anos que já

não voltam? Será que não percebem que podem continuar a ser os mesmos sem se manterem reféns de causas antigas, que já nada dizem à maioria dos portugueses? Não vos dá que pensar a pouca confiança que o eleitorado deposita em vós? Dez por cento... doze por cento, e ficam-se por aí... O que é isso, para vós, senão uma vergonha? E para os que desejam uma alternativa de esquerda, uma profunda desilusão? Não é sinal de que alguma coisa está mal convosco e com o Partido? Mal na forma, não no conteúdo. O que vocês dizem e proclamam é susceptível de arrastar multidões. Mas a "forma", os valores ideológicos plasmados na foice e no martelo, o comunismo proclamado já sem qualquer sentido a não ser o do medo que deixou em muitos, contém a mão do eleitor na hora do voto. Vocês defendem acerrimamente este povo desgraçado que já não sabe para que lado se virar, e mesmo assim, eles vão dar o "papelinho" aos que estão à vossa direita e só têm somado disparates atrás de disparates. Como se vocês possuíssem alguma peçonha que os fizesse repelir.

Agora que estamos falidos, à rasca, cuja esperança se transformou em austeridade exponenciada a dez ou mais anos de caminhada ao longo de um túnel às escuras, não seria caso de mandarmos às malvas os que aí estão e votarmos maciçamente naqueles que nunca mostraram, em actos de governação, aquilo que apregoam enquanto na oposição? Que perderíamos com isso, se piores já não podemos ficar? A resposta é clara: NADA. Mas logo vem outra pergunta: e o que ganharíamos? Logo vem o famigerado PREC a avivar memórias dos que com ele alguma coisa sofreram. E as safadezas da "Primeira República? E os Presidentes assassinados? Esses actos de rebeldia estão instituídos no sangue dos portugueses... não os "preques" que são próprios de todas revoluções. Atente-se na francesa...

Pois bem, é essa a pergunta que vos dirijo. O que ganharíamos se, por milagre, ganhassem um dia a maioria absoluta? Que programa têm vocês nas vossas gavetas, que permita salvar o país do caos em que se encontra? Que fizeram aos velhos dogmas que tanto vos causticaram? Já os queimaram? Óptimo. E o que ficou depois disso? Têm novas ideias que a gente desconheça e que consigam reanimar a economia desfalecida; que ponham juízo na cabeça dos líderes europeus; que metam na ordem os mercados, tirando-lhes o pavor do comunismo e incutindo-lhes a confiança nos novos comunistas; um plano, enfim, que nos leve para a cabeça do pelotão? Eu sei que são muitas perguntas, mas admitam que são necessárias, pois não basta dizerem o que vão fazer, mas sobretudo, como irão fazer. Se têm um plano estratégico na mão, ponham-no num livrinho e espalhem-no por toda a parte, que ninguém fique sem o ler, pois os portugueses acreditam em compromissos. Deixem-se de frases feitas, dos slogans, das promessas lindas mas abstractas. Falem da grande política, da grande alavanca para a economia, do gigantesco impulso para as finanças públicas. Mas não usem parangonas gastas de tanto serem repetidas. Façam contas, cálculos e planos concretos – tanto para isto, tanto para aquilo, vamos buscar ali, vamos tirar acolá: a velha história da despesa e da receita que as pessoas compreendam e aceitem – planos concretos que tenham em vista o nosso mundo e o mundo lá de fora. Lembrem-se que vivem num mundo capitalista que terá de sofrer algumas mexidas aqui e ali, que deverá opor-se ao neo-liberalismo de rosto desumano que nos tenta enfeitiçar com a liberdade – deles. Mas reparem: humanizar o capitalismo não é o mesmo que a socialização do Estado. Tenham cautela com o que nos vão dizer. Porque o mundo não implodiu de repente. Ele está aí. À espera que o salvem. Serão capazes da grande mudança necessária para que nos dêem a ajudinha de que tanto necessitamos. Vamos lá, não é assim tão difícil.

O dia da desgraça da política em Portugal

JOÃO CURADO

SABENDO QUE O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014, já sem receitas extraordinárias, vai ser mais negro que o de 2013 em curso, onde a receita não chega para pagar a despesa mantendo o défice em 5,5 do PIB. A receita depende de factores externos para aumentar a exportação e para o financiamento da economia e do aumento do desemprego com mais despesa para a Segurança Social (mesmo não protegendo já quase ninguém) e menos impostos para o Estado alem de reduzir o PIB de 170 para 160 mil milhões de euros. A despesa aumenta com a fiscalização da troika (já em mais de 120 por cento do PIB), com os buracos que estavam escondidos (as swap, as PPPs, dividas das empresas do Estado e do Poder Local, dívida dos hospitais, etc. ...) pelos mesmos políticos que nos tem governado desde 9/04/1985 (data em que foram aprovadas as pensões vitalícias dos órgãos de soberania do Estado incluindo os deputados).

Esta data funcionou como se fosse um tiro para os políticos iniciarem o saque dos bens públicos do Estado e da Nação (tudo com legislação publicada no Diário da Republica e sem parecer da sustentabilidade financeira e posterior fiscalização): esta situação "diagnosticada como Estado Paralelo" é a verdadeira responsável pela grave situação social, política, financeira e económica em que se encontra Portugal, em 2012. E como tal, **a data de 9 de Abril deveria ser consagrada e comemorada como o Dia da Desgraça da Política em Portugal**.

Para realçar a Desgraça da Política em Portugal, alem da falta de moral e de ética na politica, é de referir que o Estado em 2011 controlava ou influenciava 13.740 organismos públicos (DN de 7/1/2011), incluindo 15.00 empresas publicas, 350 institutos e 1.100 fundações e associações que representava 50 por cento da economia com os quais consumia 47,8 por cento do PIB, hipotecando grande parte da dívida soberana que se agrava para manter esta situação danosa e o futuro de Portugal e, tal passa por impor a necessária Reforma da Administração do Estado (RAE): só têm sido executadas medidas pontuais.

É de realçar que a grave crise financeira de Portugal se agrava essencialmente por não haver confiança na política nacional com repercussão grave na economia paralela e na falta de investimento nacional e estrangeiro e este sempre com juros incomportáveis para a concorrência da economia.

Note-se ainda que a reestruturação do Estado em função do Orçamento existente continua por fazer e tal para ter resultados que frutifiquem a médio e longo prazo (4 a 20 anos) terá de ser implementado de uma forma "top down".

Renovar a confiança do cidadão no Estado significa ter de cortar nas gorduras do Estado que alimentam o poder paralelo e, tal esta relacionado com a Reforma da Administração do Estado concorrentemente com a reforma da Justiça, **e para isso é fundamental que o Governo (ou, ...) anuncie que vai propor a alteração do n.º 3 do artigo 267.º (Estrutura da Administração do Estado) da Lei Constitucional (LC)**, e onde se lê "a Lei pode criar entidades independentes", passará, após a alteração da LC, a ler-se "a Lei pode criar entidades administrativas independentes, sendo vedado a estas executar actividades consideradas normais da Administração do Estado, sempre da responsabilidade do respectivo director-geral" e, isto ao mesmo tempo que se aprova o Estatuto dos Institutos Públicos e das Empresas Municipais e de outros órgãos do Estado, sempre com carácter de excepção e ligados à inovação da ciência, da tecnologia e do emprego sempre ao serviço da produção de produtos com mais-valia acrescentada.

"Tal será uma verdadeira revolução legislativa", social e política, dando ao Governo a ferramenta necessária para então se proceder com Sentido de Responsabilidade a uma consciente e cientifica Reforma da Administração do Estado na defesa do Estado e da Nação.

Considerando que os efeitos da RAE só se farão sentir no prazo de 4 a 20 anos, ter-se-á de reforçar

a consciência de que se tem de fazer pesados sacrifícios para se recuperar a credibilidade externa e sobretudo a da confiança do cidadão no Estado e que se devia aproveitar o ambiente para também impor proporcionalmente os sacrifícios ao valor da Reforma e sobretudo ao tempo de desconto para a reforma, incluindo os que receberam indemnizações isentas de impostos sendo estes pagos por menos impostos a cobrar pelo Estado, aliás como o próprio primeiro-ministro Passos Coelho reconheceu em público e de forma infeliz (não descontaram para terem estas reformas) por não ter tido a coragem de dizer a quem efectivamente queria e deveria referir-se, metendo no mesmo saco o trigo e o joio e, isto para de forma populista incentivar o apoio da sua juventude partidária a quem na altura se dirigia (17 de Dezembro de 2012).

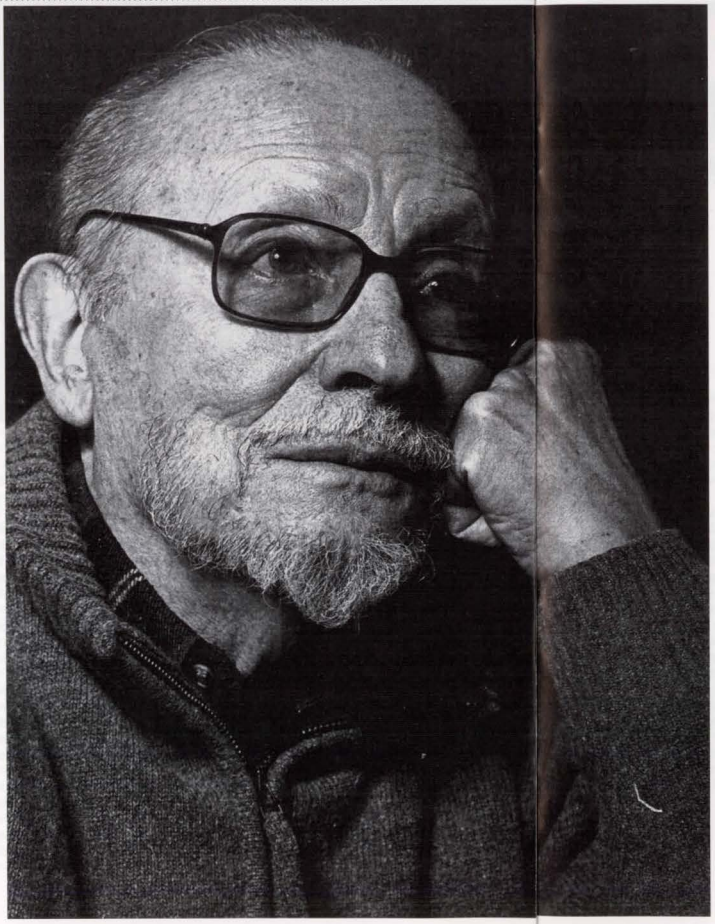
Este debate, sobre "a justiça nas pensões da reforma dentro da actual geração de reformados" para depois e com rigor se poder extrapolar o mesmo para a futura geração, lançado nesta data pelo primeiro-ministro Passos Coelho perante a sua juventude partidária, tem de ser continuado com sentimento de honra e do dever e sentido da responsabilidade.

Este debate devera ser feito a "Pensar no futuro da nossa família e de Portugal (com quase 900 anos de Independência sem quaisquer problemas de nacionalidades, etnias, religiosos e de fronteiras), para no mínimo fazer sentir aos políticos formados nas universidade das juventudes partidárias, onde "a lealdade" impera como virtude mestra e fulcro de toda a actividade nacional, "mas dando a sensação de jurarem mentalmente lealdade a quem em cada momento tem capacidade de tratar o Diário da Republica por tu".

Este debate e consagrar o Dia da Desgraça da Política em Portugal é fundamental para reforçar a ética com moral, que no mínimo estava adormecida em cada um de nós: uns por medo do terror da bancarrota promovido essencialmente pelo desemprego; - outros por preguiça da lei do menor esforço e por algum egoísmo; e para outros, sabendo com o que podem contar, receiam qualquer evolução, e tudo isto "orquestrado por aqueles que tratam o Diário da República por tu e que alimentam e se servem do poder paralelo".

NUNO FISHER LOPES PIRES (1930-2013)

Nuno Manuel Guimarães Fisher Lopes Pires morreu no dia 11 de julho de 2013, no Hospital das Forças Armadas, aos 83 anos de idade. O funeral realizou-se, a 12 de julho, precedido de missa de corpo presente, da igreja de Nossa Senhora de Fátima, Laranjeiro, para o cemitério do Feijó, onde se procedeu à cremação. Condecorado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1 de outubro de 1985, a medalha que porventura mais lhe agradava, na sua comovente simplicidade e discrição, era a circunstância de ser um dos primeiros tenentes-coronéis a estar ao lado dos capitães na conspiração de Abril.



Era um dos dois membros da Junta de Salvação Nacional que restavam vivos (resta o Mendes Dias, esperemos que por muito tempo). Antes dele haviam falecido todos os membros iniciais, bem como quase todos os que, como o Fisher Lopes Pires, haviam substituído os que a evolução do processo revolucionário deitou borda fora da JSN.

Chegou agora a hora deste militar de Abril, de todas as horas, nos deixar fisicamente.

Depois de tempos de sofrimento físico intenso, depois de retardada a morte, com a vitória sobre muitas investidas que as doenças lhe fizeram, vimos partir um Amigo, vimos partir um Homem, vimos partir um Militar e um Cidadão de primeira água.

Connosco fica a sua memória, a memória de um Homem íntegro a toda a prova, teimoso na defesa dos valores e princípios que o levaram a envolver-se no Movimento dos Capitães, ele que foi um dos primeiros tenentes-coronéis a fazê-lo, e o levaram ao Posto de Comando no Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha, na condução das operações do 25 de Abril de 1974. Onde se não distinguiu apenas pela cor verde com que escrevia os comunicados do MFA, difundidos nessa noite de 24/25 de Abril.

Foi um dos nossos que, apesar de se ter afastado de cargos cimeiros, nomeadamente do Conselho da Revolução, por não pactuar com situações que o violentavam, nunca se afastou da acção que os militares de Abril continuaram a desenvolver.

É assim que está na fundação da Associação 25 de Abril, a cuja Direcção virá a pertencer e com a qual continuará a colaborar, até aos últimos dias da sua vida, nomeadamente através de textos que foram publicados n'*O Referencial*.

O último que nos enviou "*Os teimosos Iluminados*" é publicado neste número, como estava previsto. Só não contávamos que fosse a título póstumo...

Caro Fisher, partiste amargurado. Mais do que as dores físicas que te atormentaram nos últimos anos de vida, suportavas as dores afectivas que a evolução do teu Portugal, do nosso Portugal de Abril, vinha seguindo. Lidavas mal, como todos nós, com o assistir à destruição de tudo o que se conseguiu, com o nosso 25 de Abril!

O que podemos garantir-te é que, os que continuamos vivos, não desistimos, continuamos na luta! Contamos contigo! A tua memória, como a de outros companheiros que te antecederam, vai dar-nos força! Temos de vencer, o destino do nosso povo assim no-lo exige!

Um grande, grande abraço.

Vasco Lourenço

NUNO FISHER LOPES PIRES

Cascais, 5 de março de 1984

Na Assembleia Geral da A25A em 1993

Em 1958 o Nuno Fisher Lopes Pires já era assim... (Dois pequenos textos escritos por ele, em *Breve História de uma Vida*, para contar a história da sua vida à família.)

O nosso general está furioso

NAQUELE TEMPO o recenseamento dos militares era feito nas unidades. Eram elas que faziam as relações de eleitores e distribuíam as listas de voto.

Como adjunto do Comando accionei e conferi o recenseamento de todo o pessoal. Dias depois recebi ordem para ir ao Quartel-general da Divisão buscar as listas do almirante Tomás. Assim fiz e, como tinha a relação dos eleitores, mandei distribuir as llistas por todos os recenseados.

Mas logo veio, por rádio do Ministério, indicação de que era expressamente proibido, nas unidades militares, distribuir listas do Humberto Delgado. Comuniquei o facto ao comandante e não me ralei mais.

Porém, dois ou três dias depois, veio pelo correio uma montanha de envelopes azuis com os nomes dos eleitores. Procurei o meu envelope, abri-o e vi que era a lista do Delgado. Depois procurei os que vinham em nome do comandante e do 2.° comandante. E a pergunta apavorada do 1.° sargento Fragoso (meu auxiliar e amigo). "E agora o que vamos fazer, meu capitão?" Respondi apenas: "Vamos separar por companhias e mandar os envelopes aos eleitores. São correspondência privada que não posso nem quero reter ou desviar".

Depois fui entregar os boletins do Delgado ao comandante e ao 2.° comandante que pareceram não se ter apercebido do que se estava a passar, pois receberam-nos sem reagir.

Chegou o dia das eleições e foi tudo votar. Mas logo no dia seguinte o comandante foi chamado ao Quartel-general da Região Militar de Tomar e quando voltou vinha com ar apavorado e branco como um cadáver. Como é óbvio, fui imediatamente convocado.

- O nosso General está furioso, pois o Batalhão foi a única unidade da região em que apareceram listas do Delgado. Como foi isso?

- O meu Comandante sabe perfeitamente como foi pois entreguei-lhe pessoalmente um envelope com o seu nome e a sua llsta. Era correspondência privada que eu não podia destruir nem reter.

- Mas o que vou dizer ao nosso General?

- Diga-lhe isto mesmo.

- Mas o nosso General quer saber quem é o responsável, para o punir.

- Diga ao nosso General que o responsável fui eu e se quiser pode punir-me que eu cá saberei reclamar e defender-me.

Não sei como o desgraçado do Cesário Montez se desenvencilhou, mas não veio qualquer punição directa, pelo menos de imediato.

(1930-2013)

Tomada de posse dos orgãos sociais daA25A, Janeiro de 1994

Costa da Caparica, 5 de Dezembro de 1998

O "banana" nada me fez

ORA EM 1958 havia eleições presidenciais. O general Craveiro Lopes ao terminar o seu mandato, viu-se rejeitado pelo Salazar que escolheu o almirante Américo Tomás como candidato. Tudo bem e calminho. Só que, de repente, surge a candidatura do general Humberto Delgado que, além de obter a desistência a seu favor de outro candidato oposicionista (Dr. Arlindo Vicente), consegue agitar fortemente o pais, pondo claramente em causa a tranquila supremacia salazarista.

A perturbação foi grande e o governo resolve organizar estrondosas comemorações em Braga, no célebre dia 28 de Maio. Calcule-se a minha cara quando, como adjunto do Comando recebo um rádio do célebre ministro Santos Costa. "Nas comemorações do 28 de Maio em Braga todas as unidades militares se farão obrigatoriamente representar pelo comandante ou pelo 2.º comandante e por dois oficiais. Não havendo voluntários nomeiem-se." Como é lógico levei o rádio ao comandante, que era uma autêntica nódoa: o Cesário Marques Pereira Montez. E ele começou logo a decidir.

- Vai o major Ramires (o 2.º comandante), vai você.
- Não vou, não senhor!
- Porquê?
- Porque, como oficial, ninguém me pode obrigar a tomar parte em manifestações políticas, ainda por cima em apoio a um regime que não é da minha simpatia.
- Oh Lopes Pires, vá lá.
- Não vou e peço ao meu comandante o favor de não me nomear porque se o fizer eu desobedeço e o Senhor tem de me prender.
- Mas então quem há de ir?
- Não sei. O problema é seu e por isso é que o Senhor é o comandante.

O certo é que eu não fui mesmo e o "banana" nada me fez.

Naqueles tempos "ferocíssimos" todas as unidades militares eram obrigadas a manter em prontidão a chamada Companhia de Ordem Pública, destinada a intervir na rua se houvesse qualquer perturbação. Isto é: actuaria como polícia.

A dada altura o Humberto Delgado foi a Abrantes fazer um comício que se previa bastante agitado. Logo por azar nesse dia a Companhia de Ordem Pública era a minha, o que não me agradava nada.

Mandei logo de manhã, atestar as viaturas (duas camionetas GMC e um jeep por pelotão, mais outro jeep para mim e uma ambulância). Mandei formá-las todas em fila na parada e distribui os lugares que, nas viaturas deveriam ser ocupados por cada homem. Distribui o armamento, os cunhetes de munições e as rações de reserva, mandei encher todos os cantis com água e combinei o sinal que mandaria soar para que, cinco minutos depois, a Companhia estivesse em ordem de avançar. Estava tudo OK, como se costuma dizer. Depois fui procurar o 2.º comandante, o major Ramires (pois o comandante estava em Lisboa em ferocíssimas reuniões) e disse-lhe:

- Meu major, a companhia está pronta a sair. Mas fica já a saber que se vier ordem para ela actuar terá de arranjar outro oficial que a comande pois eu recuso-me a intervir como polícia.
- Oh homem, você não me lixe!
- Não lixo nada, mas fica sabendo que não saio com a companhia.
- Então o que hei de fazer?
- Se o meu major souber rezar, vá rezando para não vir ordem para a companhia sair. Se não souber ou não quiser rezar, pode mandar-me já prender e ir pensando em quem me irá substituir.
- Você é um "gajo lixado".
- Espero que não, meu major. E vá rezando.

E o homem deve, de facto, ter rezado muito pois, apesar das previsões, não veio ordem de saída e tudo acabou bem.

NUNO FISHER LOPES PIRES

Os teimosos iluminados

NUNO FISHER LOPES PIRES

NA MINHA INSENSATA INGENUIDADE supus que, após quarenta e oito anos de salazarismo e marcelismo, terminara a era dos teimosos iluminados:

Vivi uns anos nessa ilusão até que surgiu Cavaco Silva e o ouvi proclamar, num assomo de humildade e modéstia, que nunca se engana e raramente tinha dúvidas. Confesso que receei o aparecimento de uma nova ditadura mas enganei-me redondamente.

Cavaco Silva deu muita atenção às estradas mas não ligou nenhuma a outros assuntos importantes existentes, acabando por aceitar pacíficamente disparatadas imposições europeias que deram início ao desmantelamento da nossa precária estrutura económica.

Depois desapareceu de circulação e só ressurgiu largos tempos depois como chefe de todos os portugueses embora muitos deles não o aceitem como tal e não o queiram nem como presidente do Cascalheira Futebol Clube.

Começou por gravar o disco "Eu Bem Avisei", que teve algum sucesso mas acabou por cair rapidamente. Passou, então, a recitar o poema épico "Os Sacrifícios Equitativos" mas, em compensação, assina tudo o que lhe põem à frente.

Tem mantido, de facto, um comportamento impecável de que são exemplos a guerra das escutas, a fuga a uma perigosíssima manifestação de jovens estudantes, a promulgação de um orçamento cheio de inconstitucionalidades (como ele próprio reconheceu na carta com que o enviou para apreciação preventiva) e que se traduz num escandaloso aumento da carga fiscal. Mas o que havia ele de fazer? É que se não o aprovasse ficaríamos desorçamentados e o genial economista, coitado, esqueceu-se de que havia duodécimos.

Isto além de não esclarecer devidamente o caso das suas acções da S.L.N. e o comportamento dos seus amigos do B.P.N., da sua pungente lamentação por ter uma reforma insuficiente, da sua falta de coragem para, na devida altura, demitir o filósofo grego mas depois o acusar de falta de solidariedade.

Logo no princípio do ano fez um violento discurso contra a excessiva austeridade, o elevado desemprego e a chocante desigualdade dos sacrifícios exigidos mas ninguém lhe ligou nenhuma.

Em Março saiu à luz do dia mais um livro ("Roteiros VII") em que o Cavaco Silva conta a sua vida exemplar como chefe. Ultrapassando a repetição improdutiva das críticas à austeridade, ao desemprego, à carga fiscal e ao não relançamento da economia, Cavaco Silva auto-elogia-se em grande estilo como salvador de crises governamentais, como voz defensora na Europa dos interesses lusitanos, como político altamente respeitado pelos seus pares. Reclama para si o papel de principal embaixador externo do País, afirma que chamou a atenção dos responsáveis europeus para os "efeitos negativos" de execução do memorando, declara ter exercido uma acção complementar da política externa do governo. Só que ninguém ainda deu conta de que essa actuação magistral tenha trazido algo de positivo para o país.

Notável, também, a sua actuação no resultante da declaração de inconstitucionalidade de normas do Orçamento de Estado ao proclamar que o actual executivo "dispõe de condições para cumprir o seu mandato". É óbvio que uma situação eleitoral não interessa a ninguém e nada resolverá por falta de alternativas. Mas a verdade é que o executivo pode ter legitimidade formal mas não tem legitimidade moral e política. Por isso esse apoio incondicional e descarado ultrapassa os limites do razoável.

Na verdade mantém-se igual a si mesmo, incapaz de assumir as suas responsabilidades, incapaz de definir firmemente uma posição, incapaz

(1930-2013)

DIREITOS RESERVADOS

de dar um murro na mesa e defender o regular funcionamento das instituições, como jurou fazer. Para que serve um chefe assim? Será mesmo um chefe? Ser ou não ser, eis a questão! Mas não há dúvida de que é o pior "belenense" dos últimos trinta e nove anos.
Há cerca de dois anos surgiu outro teimoso iluminado, o Passos Coelho. Prometeu A mas, depois, fez B. Isso não tem qualquer importância pois os dedos de uma mão são mais do que suficientes para contar os políticos que, ao longo da história da Humanidade, cumpriram as suas promessas.
É um rapaz muito bem comportado, bom aluno e com particular veneração pela sua ama, Sr.ª Merkel. Sofre, porém, de uma forte obsessão pelo défice que quer atingir "custe o que custar".
Trouxe consigo o seu irmão gémeo, o Relvas. E são tão gémeos que não podem passar um sem o outro, nunca se chegando a perceber se era o Passos Coelho que mandava no Relvas, se o Relvas que mandava no Passos Coelho, se mandavam os dois ao mesmo tempo ou se ambos não mandavam em coisa nenhuma. Como a situação tem vindo de mal a pior, o nosso Elvas esforçou-se sempre por distrair o povo com histórias muito interessantes e arrebatadoras, desde o caso das secretas até à sua licenciatura "honoris causa", como lhe chamou Narana Coissoró. Mentiu descaradamente e com quantos dentes tem na boca mas não se fartou de evocar a ética e de afirmar que norteia a sua vida pela "simplicidade da procura do conhecimento permanente". Não se sabe bem o que isto quer dizer mas não há dúvidas de que a frase é bonita.
O Relvas chegou a ser calorosamente aplaudido no Clube dos Pensadores e no ISCTE. Neste último foi tal o entusiasmo que acabou, pru-

●●●

NUNO FISHER LOPES PIRES

Os teimosos iluminados

dentemente, por sair pela porta do fundo sem proferir uma única palavra.
Mas a sua coroa de glória foi, sem dúvida, a privatização da RTP. Houve variadíssimas hipóteses de actuação, desde a concessão à privatização de apenas 49 por cento mas com direito à gestão global da empresa, o que nem sequer tinha sido pensado no Burundi ou no Burkina Faso. Finalmente acabou por decidir que o assunto ficava para a próxima legislatura mas não explicou porquê.
Outra actuação brilhante diz respeito à reforma do poder autárquico em que eliminou mais de mil freguesias contra a vontade das populações mas não tocou nos concelhos para continuar a haver lugares onde aninhar os amigos do peito.
Mas, desgraçado, veio a acabar mal pois a investigação às aldrabices da sua pseudo-licenciatura conduziu a conclusões tão escandalosas que levaram a Inspecção-Geral de Educação a propor a anulação da hipotética licenciatura. Perante isto não teve outro remédio senão ir-se embora, deixando profundas saudades nos portugueses que muito lamentaram o ter esgotado a sua "força anímica". Mas, na verdade, era tão importante que teve de ser substituído por dois acólitos.
Sendo "bom católico", o Passos Coelho tem imenso respeito à "Santíssima Trindade" (vulgo troika) e quer mantê-la sempre satisfeita. Preocupa-se muito com o prestígio e a credibilidade externos mas está-se borrifando para o que se passa no país. Foi-se recusando a pedir mais tempo e mais dinheiro, proclamando sobranceiramente que isso não sucederia enquanto fosse ele a mandar. Mas acabou por falhar, pelo menos no que se refere ao tempo, pois em Fevereiro foi pedido mais tempo para pagar e acabaram por ser concedidos mais sete anos. Mesmo assim, como vai ser? Talvez com a exportação de portugueses e de pastéis de nata tudo acabe por se resolver pois o Passos Coelho sabe perfeitamente que em 2013 a recessão abrandará e começará a reconversão da economia, o que revela absoluto desconhecimento da realidade. Não há dúvida de que é um sapientíssimo teimoso iluminado. Só é pena que seja, também, um incompetente notável.
A confusão, a ignorância, a insensatez, as parvoeiras, as contradições, a incompetência e a irresponsabilidade do Passos Coelho e do seu séquito sucedem-se a um ritmo alucinante, agravando cada vez mais uma situação já catastrófica. Vejamos alguns exemplos do que acabo de afirmar:

- A fusão, numa só entidade, das três escolas militares de ensino, esfrangalhando o seu notável património histórico, ético e moral;
- A surpreendente alteração da sequência lógica, começando por reduzir as verbas para as Forças Armadas, depois definir o conceito estratégico de defesa e, finalmente, os chefes militares que se desembrulhem na reorganização da tropa;
- A ausência da elementaríssima noção de que uma excessiva austeridade reduz profundamente o consumo interno e, por consequência, impede o relançamento da economia, tanto mais que não surge qualquer medida para a dinamizar;
- O pretendido aumento de 63,5 por cento na TSU a pagar pelos trabalhadores e a sua redução para as empresas com o pretexto de que, assim, elas poderão criar mais emprego. Isto, além de ser mentira, apenas permitiria que os grandes grupos empresariais arrecadassem largos milhões de euros e agravaria ainda mais a situação de quem trabalha;
- O alargamento do campo das privatizações (por que não privatizar o Passos Coelho e amigos?).
- O progressivo e escandaloso aumento de impostos contrastando chocantemente com os que oneram as grandes fortunas e os rendimentos super elevados;
- As declarações perfeitamente idiotas de figuras de relevo, desde o "Ai aguenta, aguenta" do Sr. Ulrich à defesa do abaixamento de salário e das pensões para se poder relançar a economia

(1930-2013)

feita pelos Borges e Belmiros (o que deveria merecer o Prémio Nobel da Parvoíce), passando pela afirmação de que as manifestações servem para distrair os desempregados (Belmiro) e pela criação do Movimento dos Reformados Espoliados chefiada pelo Pinhal apesar das aldrabices que fez no BCP e de uma pensão de setenta mil euros (ao que consta...);

- A rapidez estonteante (cerca de vinte meses...) com que foi reconhecido que a crise portuguesa não era exclusivamente devida a erros anteriores mas que fora agravada e acelerada pela inegável crise europeia;
- A ridícula desculpa de que o memorando está mal desenhado o que, a ser verdade, revelaria o cuidado com que ele fora analisado pois só ao fim de vinte e dois meses teriam chegado a essa conclusão.

A actuação do Passos Coelho & C.ª tem sido um fracasso estrondoso e a própria Santíssima Trindade acabou por o reconhecer ao alterar os valores do défice e os tempos acordados no memorando.

Além do mano Relvas, o Passos Coelho trouxe consigo um ilustre desconhecido que foi apresentado como sendo um génio financeiro: o Gaspar. Não sei se é génio ou não mas, se é isso, ainda não se notou apesar de aparentemente ser bem aceite lá fora. É que, afinal, o Vítor ainda não acertou uma.

O défice de 2011 foi mais ou menos conseguido mas com o velho truque de considerar nas receitas extraordinárias a anexação do Fundo de Pensões dos bancários. Quanto ao de 2012 foi largamente proclamado que seria cumprido, apesar da opinião contrária da UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) que funciona junto da Assembleia da República. E a verdade é que se atingiu o défice de 6,4 por cento em vez dos 4,5 por cento inicialmente previstos e dos 5 por cento depois corrigidos pela troika.

O desemprego, previsto em 15,5 por cento para o final de 2012, já ia em 17,6 por cento logo em Janeiro e em Dezembro deve ultrapassar os 20 por cento, se não for antes. E o desemprego juvenil anda pelos 40 por cento. Perante estes valores astronómicos é absolutamente incompreensível e surpreendente que mais de metade dos desempregados não receba subsídio de desemprego.

A recessão em 2013, inicialmente prevista em 0,6 por cento e depois em 1,0 por cento, no fim do ano deve, andar pelos 2,3 por cento, na melhor das hipóteses. E em 2012 o PIB baixou em 3,2 por cento.

Relativamente à dívida pública a situação é fantástica. Quando o anterior governo iniciou funções era de 80 por cento do PIB e quando saiu estava em 101 por cento. Isto é: em seis anos aumentou 28,1 por cento. Mas com o Passos Coelho, o Gaspar e respectiva pandilha subiu já para 123,06 por cento do PIB, o que corresponde a um aumento de 25,5 por cento em pouco menos de dois anos. Brilhante!

Também o investimento caiu, em 2012, mais de 30 por cento e a banca (grande responsável pela situação actual devido à sua gananciosa atitude de incentivar os investimentos dos particulares) só no final do ano passado começou a financiar muito timidamente as PME, apesar das quantias fabulosas que o Estado lhe proporcionou.

A privatização da TAP constituiu mais um tremendo falhanço, tendo acabado por ser suspensa sem que isso merecesse qualquer explicação convincente.

Foi propagado aos quatro ventos o glorioso feito de se ter regressado aos mercados. Mas não se explicou que isso foi possível porque o Banco Central Europeu (BCE) se apresentou como fiador dos países intervencionados e que, mesmo assim, se conseguiu um juro de 4,35 por cento enquanto que na mesma altura a Espanha e a Itália ficaram com juros da ordem dos 3,5 por cento.

●●●

NUNO FISHER LOPES PIRES

Os teimosos iluminados

E, como se isso não bastasse, os juros cobrados às empresas nos empréstimos a um ano são de 2,8 por cento para a Alemanha, de 4,4 por cento para Itália, de 5,1 por cento para a Espanha e de 6,7 por cento para Portugal. Perfeitamente elucidativo!

Em 2012 houve três orçamentos rectificativos e nos quatro meses deste ano já se corrigiram duas vezes as previsões. E terá de surgir um novo orçamento rectificativo pois o "chumbo" do Tribunal Constitucional (além de levar o Passos Coelho e o Gaspar a fazerem queixinhas a Cavaco Silva) obriga a uma nova reformulação. É evidente que a culpa cabe aos juízes pois o grupo do Passos Coelho limitou-se a insistir em anteriores inconstitucionalidades. Como é óbvio vão surgir mais cortes dolorosos na saúde, na educação e na segurança social pois é preciso tapar não só o buraco de 1.326 milhões de euros resultantes da sentença do Tribunal mas também outro buraco de 500 milhões que constituem a primeira prestação, em 2013, dos celebrados 4.000 milhões impostos já há tempos pela troika.

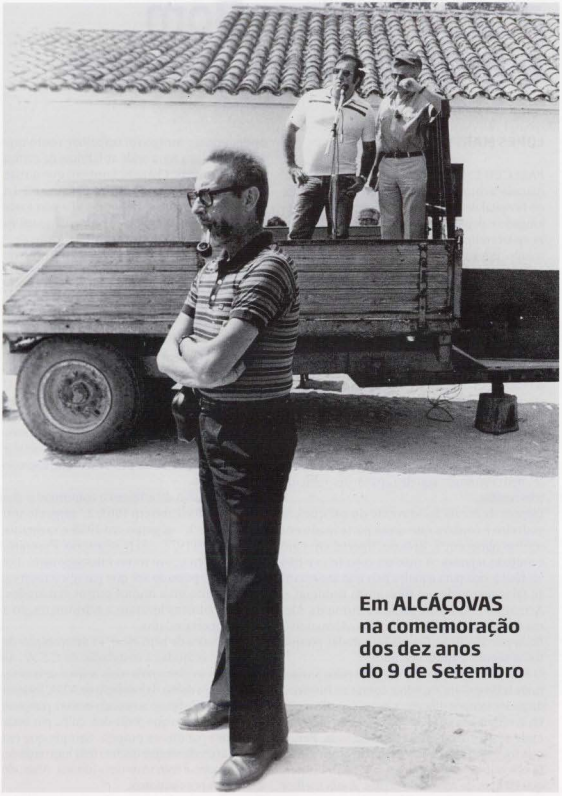
Não há dúvida de que é impossível cortar os tais 4.000 milhões até 2015 a não ser que se queira destruir por completo o que ainda resta da nossa estrutura económico-social. O taxar os lucros das grandes empresas, as grandes fortunas e as PPP e reduzir as rendas escandalosas poderia ser uma ajuda mas o proclamado neo-liberalismo não o permite.

Por isso é surpreendente que o Gaspar se permita afirmar que "a conclusão do sétimo exame regular marca o início do fim do programa de ajustamento" e que a "Santíssima Trindade" tenha feito uma avaliação positiva ao plano de ajustamento e diga que tudo está no bom caminho. Não chega já de brincar com coisas sérias?

Ainda uma referência ao Portas que tem sido um incansável e esforçado caixeiro-viajante a impingir produtos por toda a parte mas que ainda não percebeu a necessidade, imperiosa e urgente, de analisar e estudar (com os seus colegas europeus) a forma de ultrapassar a progressiva desagregação duma Europa que se torna, cada vez mais, um sonho utópico e irrealizável. Embora seja sócio do Passos, discorda frequentemente do que ele diz e faz e, por isso, não será de espantar que qualquer dia a sociedade estoure.

São estes os homens que mandam (ou desmandam?) neste cantinho à beira-mar plantado. São estes os teimosos iluminados que temos de aturar. Até quando? A resposta é simples: Não sei. Mas a verdade é que a paciência se vai esgotando rapidamente e qualquer dia isto dá para o torto. Como última esperança talvez possamos imaginar que seja abandonada a peregrina ideia de reformar, reformular ou refundir o Estado. É que, além dessa tarefa não se fazer em meia dúzia de meses, refundidos e mal pagos já estamos todos.

(1930-2013)



Em ALCÁÇOVAS na comemoração dos dez anos do 9 de Setembro

Joaquim Ventura (1937-2013)

Homenagem a um Homem Bom e amigo do seu amigo

LOPES MARTINS

FALECEU EM 15 DE SETEMBRO o nosso camarada Ventura, Joaquim José Filipe Ventura, no hospital de Faro, após um coma pouco prolongado e depois de vários internamentos, em hospital militar, hospital de Portimão e, finalmente, em Faro onde foi premiado com uma infecção generalizada que o pôs fora da lista dos que ainda sofrem... E somos cada vez mais, a cada dia que passa. Sei que faleceu indignado com o que se passa actualmente no nosso país. Indignado e irritado com esta criançada que, como ele dizia, sabe muito bem o que faz, e melhor, executa muito bem as encomendas do capital financeiro e do liberalismo internacional, para não lhe chamar outra coisa ...

Nasceu em Março de 1937 e em Novembro de 1957 foi incorporado na Armada. Não sei se foi ele que escolheu a Armada ou se foi a Armada que o escolheu a ele. De qualquer modo foi bem escolhido aquele rapaz mais velho de três irmãos.

Depois da escola foi servente do pai que era pedreiro e contava que tinha participado em muitas obras em S. Brás de Alportel em cujo cemitério repousa. A mãe era costureira e não foi fácil a vida para aqueles pais que assistiram ao falecimento de um filho ainda pequeno, o Armando 1. O Abílio tomou o rumo da Alemanha enquanto o mais novo, o Armando 2 ficou por São Brás. Esse já foi estudar porque tinha segura a ajuda dos manos.

O Kim Zé , nome que lhe era dado pelos amigos mais íntimos, era exímio a contar as histórias daqueles tempos difíceis, a sua e de tudo o que via e vivia à sua volta. O trabalho e as tabernas onde se "lavavam" as agruras da vida. Penso que foi nessa altura que fez a sua profissão de fé nos outros e nas revoltas, não só interiores, que haviam de modificar o país. A sua melhor aprendizagem foi na fábrica da cortiça para onde o nosso amigo foi trabalhar posto que aquela era uma terra onde as fábricas da cortiça eram inúmeras. Contava também que a mãe o prendia à máquina de costura com uma linha para que se mantivesse por perto e não fosse para a rua onde havia bolas e pedras e os sapatos eram caros.

Como o conheci? Frequentava eu o 1.º ano do curso de artífices e apareceu-me um grumete electricista a dizer-me que também era algarvio (eu não sou) e que me trazia saudades do meu tio Daniel. Soube que frequentava o 1.º grau e quis convencê-lo a concorrer a artífice. Aviseio que tinha de acabar o 1.º grau com uma boa nota, mas que perguntasse aos marinheiros do meu curso porque eu não sabia bem. O meu caso era diferente. Como tinha habilitações entrara directamente após um exame de admissão a que ele tinha, também, de se submeter. Ainda me perguntou se não se tinha que estudar muito. A esta distância parece-me que isso não foi problema.

Acabou o curso de artífices e continuou a sua carreira sendo cabo em 1963, 2.º sargento um ano depois, 1.º sargento em 1968 e sargento-ajudante em 1977... Aí pararam-no! Puseram-lhe, pela frente, um muro intransponível. Foi sendo ultrapassado até que passou à reserva, como aconteceu a muitos outros camaradas. Razões políticas levaram a Administração a tais comportamentos.

As comissões de bem-estar, as assembleias de unidade, as ajudas à instalação do C.S.A., as relações com elementos mais activos nessas reuniões e até a defesa da instalação da A25A, levaram a que o Kim Zé ficasse assinalado embora parecesse aquele indivíduo que pedia des- culpa por estar ali, estava por direito próprio. Sempre que era preciso aparecia sempre discreto mas interveniente, bem disposto e com mais uma história. Aliás, ele estará sempre connosco.

Estou descansado porque ele não me pode ler

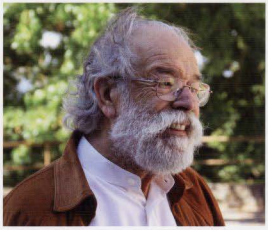
senão já me tinha dito, para lá com isso e deixa-te de poesias. As boas pessoas não andam por cá. Se andassem nem as víamos. Somos tão mauzinhos uns para os outros ... Ainda bem que os ânimos serenaram e que, por fim, se organizou uma comissão que teve por missão reconstituir (!?) as carreiras militares dos pistoleiros, como nós nos apelidámos naquele tempo. Foi então o Kim Zé promovido a sargento-mor com antiguidade referida a Julho de 1979.
Depois da vida militar penso que o Kim Zé se realizou na sua Quinta da Oliveirinha com as suas vinhas, fazendo vinho e fruindo de uma vida com que talvez sempre tenha sonhado. Não sei, nunca lhe perguntei mas senti que era assim. Sempre que, num grupo de amigos, fazíamos o nosso almoço de Verão, nunca repetindo o local, ele falava nas vinhas como se falasse da família que adorava e fazia a distribuição das garrafas que trazia. Não esquecia ninguém. O nosso primeiro almoço foi precisamente na quinta. A filha era o seu orgulho maior. Soube depois que a filha se propunha, com o tio Armando, continuar a cuidar da quinta e manter os trabalhadores que lá tinham.
Refiro agora, e se isso me magoa, o seu desmesurado orgulho no neto de quem falava e falava e falava sem se cansar. Queria vê-lo com o uniforme de oficial da Marinha e esteve quase, quase. Levou esse grande desgosto de não ver mas terá saboreado a alegria de estar quase a acontecer.
Era assim o Kim Zé. À sua família reitero as minhas condolências.
À A25A espero que substitua o secretário da Mesa da Assembleia-geral porque o camarada Ventura não gostaria de saber, lá onde mora, que a A25A não continuava em pleno.
Que descanse em paz.

Associados falecidos

Registamos o falecimento dos seguintes associados:, Albertino Filipe Pisca Eugénio (sócio efectivo), Herberto Goulart da Silva (sócio efectivo), João Cristovão Moreira (sócio fundador), José da Silva Pinto Ferreira (sócio fundador), Óscar Jaime de Miranda Henriques Fernandes (sócio efectivo), Sebastião José Barros Guerreiro (sócio fundador) e Urbano Augusto Tavares Rodrigues (sócio efectivo),

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

Homenagem a Marques Júnior



Foi bonito, pá!
Numa cerimónia simples, mas muito digna e sentida, homenageou-se o António Marques Júnior, no cemitério de São Martinho de Bornes, Pedras Salgadas, onde o seu corpo repousa. Pretendia-se que a sua presença ali fosse assinalada.
A sua mulher, Luísa, e a sua filha Filipa, assim o quiseram e... era difícil conseguirem fazê-lo melhor...
Uma escultura do sempre magnífico mestre escultor José Aurélio – sempre disponível para trabalhar para Abril – foi a forma como se materializou essa pretensão.
Com a participação de muitos amigos do Marques Júnior – ali se encontraram, idos de vários pontos do País – (familiares, camaradas de Abril, autoridades locais e amigos mais chegados ou simples anónimos admiradores), a cerimónia constou de uma missa (celebrada pelo capelão militar de Lamego), da inauguração da escultura e das intervenções de Vasco Lourenço, Filipa Marques Júnior e António Ramalho Eanes.
Foi bonito, pá!
Escolhemos o dia 8 de Setembro para evocar o 9 de Setembro de 1973, onde há 40 anos tu ajudaste a organizar a reunião que lançou o Movimento dos Capitães, o dia da "picadela no elefante adormecido".
Por cá, continuamos na luta!
Temos de acordar o actual elefante, que não há meio de arremeter!
Continuamos, não desistimos, continuamos a contar contigo!
Até sempre, caro Marques Júnior.
Um abração amigo

Vasco Lourenço

Escultura de José Aurélio em memória de Marques Júnior

Francisco da Costa Gomes

Por decisão da Liga dos Combatentes, os restos mortais do marechal Francisco da Costa Gomes foram trasladados para a Cripta dos Combatentes, no cemitério do Alto de São João.
Numa cerimónia simples, mas digna, onde as ausências se fizeram notar mais que as presenças, Francisco da Costa Gomes repousa, na Sala dos Marechais dessa cripta, juntamente com Gomes da Costa e António de Spínola.

MENU DE ABRIL

NO CHIADO

Rua da Misericórdia, 95
Lisboa
Tel. + 351 213 470 114
Tlm+351 911 157 805

email. reserva@com-tradicaorestaurante.com
www.facebook.com/pages/com-tradição-restaurante

Vamos aprender Bridge! (94)

LUÍS GALVÃO

A criação da maioria esmagadora das Convenções existentes teve origem nas notórias dificuldades com que os seus autores se depararam quando confrontados, como jogadores, com mãos para as quais, com o sistema natural de marcação, não tinham uma solução satisfatória ou minimamente eficaz.
Foi o que ocorreu com o americano, natural de Los Angeles, MIKE SMOLEN, num leilão específico que iremos analisar.

1. CONVENÇÕES
1.15 – O SMOLEN
Tem sido prática habitual, no que às Convenções se refere, que o criador dê o seu nome à criatura. No que a este se refere, a tradição cumpriu-se! MIKE SMOLEN verificou que, não poucas vezes, após a abertura do seu parceiro em 1 ST (15/17PH), se defrontava com mãos bicolores (5/4) em ♥/♠ e com força para aspirar à partida.

N	E	S	W
1ST	P	?	

Em S detinha

♠ AV87
♥ RV1073
♦ D104
♣ 2

M. SMOLEN facilmente concluiu existir em linha força para marcar a partida, ainda que notasse alguma dificuldade na forma de atingir o melhor contrato (4♥? 4♠? 3ST?) face às armas de que dispunha.
Poderia começar por anunciar 2♦, como voz tipo TRANSFER para ♥, e depois marcar 2♠ definindo assim o tipo de mão que, efectivamente, detinha. Esta abordagem tinha o inconveniente de, eventualmente, ficar a cartear 4♠ pela sua mão, contrariando o consensual princípio de que deve ser a mão mais forte e com mais "fourchettes", a que deve receber a saída
Poderia também decidir-se por marcar 2♣ sobre a abertura, desencadeando o STAYMAN, e "rezar" para que parceiro detivesse 4 cartas em ♥ ou em ♠. O problema complicava-se no caso do rebide do abridor ser 2♦, negando assim a existência das desejadas 4 cartas em ♥/♠.
Restava-lhe, neste cenário, "saltar" para 3♥, anunciando assim a detenção de 5 cartas em ♥ e força para a partida.
Esta abordagem do leilão, caso o parceiro detivesse 3 cartas em ♥, continuou a não o satisfazer, dado voltar a ser o contrato carteado pela mão menos estrategicamente vocacionada para o efeito.
Para resolver esta questão específica criou uma Convenção, a que deu o seu nome e que apresenta a seguinte solução: após uma abertura em 1ST o respondente com mãos bicolores 5/4 em ♥/♠ e com força mínima para a partida, começa por anunciar 2♣ (STAYMAN).
No caso do abridor anunciar 2♥/♠ está encontrado o trunfo, restando definir o nível do contrato, o qual será o adequado face à força/distribuição existente na linha.
Se entretanto o parceiro rebidar em 2♦ o autor recomenda que o respondente anuncie, em salto, o seu naipe de 4 do bicolor rico, transmitindo assim ao parceiro qual a distribuição convencionalmente existente e permitindo ao abridor decidir sobre o melhor contrato a marcar.
Aplicando o SMOLEN no tratamento dado à mão apresentada como exemplo o leilão seria:

N	E	S	W
1ST	P	2♣	P * 5C♥ e 4 C♠
2♦	P	3♠*	P
3ST/4♥ – Conforme a distribuição			

1.16 – O BLACKWOOD DE EXCLUSÃO
Qualquer jogador, sempre que detenha uma mão com uma chicana num naipe, tem a noção que ao desencadear um BLACKWOOD a resposta, sobre o número de Ases, do parceiro, é inconclusiva, dado que se um desses Ases corresponder ao da chicana a sua existência é particularmente inútil, sobretudo quando se joga em trunfado.
Esta análise permite concluir estar-se perante uma situação que "pede" a criação duma Convenção que ultrapasse a dificuldade em apreço.
O BLACKWOOD DE EXCLUSÃO (BWEx) resolve a questão, da forma que passamos a indicar:
- Após definido o trunfo sempre que um jogador leiloe com um salto anormal para o nível 5, está a indicar uma chicana nesse naipe e a pedir ao parceiro que o informe sobre o número de Ases que detém, não considerando o Ás do naipe anunciado.

N	S	
1ST	2♥ a)	a) TRANSFER PARA ♠
3♠ b)	5♣/♦ ou ♥ c)	b) 4 cartas em ♠
		c) BWEx a ♣/♦ ou ♥

ou

N	S	
1♠	2	a) BWEx a ♣
2♦	3♠	b) BW tradicional ou de 5 chaves conforme o convencionado
5♣ a)		
4ST b)		

Sobre a pergunta feita ao nível 5 o parceiro informará o número de Ases úteis detidos, obedecendo a uma estrutura de resposta que poderá ser a seguinte:

- Anúncio do naipe de nível imediato ao do pedido:	- 0 ou 3 chaves
- Segundo nível:	-1 ou 4 chaves
- Terceiro nível:	- 2 chaves s/ a D de trunfo
- Quarto nível:	-2 chaves c/ a D de trunfo

Exemplo:

N	S	
1♠	2♣	a) BWEx a ♣
2♦	3♠	b) 1 ou 4 chaves
5♣ a) 5♥ b)		

É óbvio que esta fórmula para as respostas ao BWEx é um decalque da panóplia de respostas do BW de 5 Chaves (30/41/52), mas que no caso do BWEx apenas serão utilizadas, logicamente, 4 chaves.
Sempre que o parceiro utilizar o BW STANDARD os níveis das respostas ao BWEx terão o seguinte significado:

1.º nível: 0 Ases
2.º nível: 1 Ás
3.º nível. 2 Ases
4.º nível: 3 Ases.

Esta, como praticamente todas as convenções, não foge à existência de diferentes versões da mesma solução base. Competirá a cada par escolher a que lhe parecer mais apetecível ou eficaz.

Até ao próximo número.

8 REUNIÕES QUE FIZERAM ABRIL

ALCÁÇOVAS, 9 de setembro de 1973,

GRANDE LISBOA (ODIVELAS 2, OEIRAS E LISBOA), 6 de Outubro de 1973

S.PEDRO DO ESTORIL, 24 de Novembro de 1973

ÓBIDOS, 1 de Dezembro de 1973

COSTA DA CAPARICA, 5 de Dezembro de 1973

OLIVAIS/LISBOA, 5 de Fevereiro de 1974

CASCAIS, 5 de Março de 1974

OEIRAS, 24 de Março de 1974

NÃO PERMITIREMOS QUE APAGUEM A MEMÓRIA, POR ISSO CELEBRAMOS ESTAS DATAS